

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE DESPORTOS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DENIS MACIEL DOS SANTOS

**O Programa *Atleta na Escola* no contexto das Políticas Públicas de  
Esporte no Brasil: a renovação do velho?**

Florianópolis  
2015

**DENIS MACIEL DOS SANTOS**

**O Programa *Atleta na Escola* no contexto das Políticas Públicas de Esporte no Brasil: a renovação do velho?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Seminário de Conclusão de Curso II (DEF 5875 – CDS/UFSC) no semestre 2015/1, para obtenção do título de Graduado em Licenciatura em Educação Física. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Pedrosa Marcassa.

Florianópolis  
2015

DENIS MACIEL DOS SANTOS

**O Programa *Atleta na Escola* no contexto das Políticas Públicas de Esporte no Brasil: a renovação do velho?**

Este trabalho de conclusão foi julgado adequado para obtenção do título de graduado em Licenciatura em Educação Física e aprovado em sua forma final na disciplina Seminário de Conclusão de Curso II (DEF 5875 – CDS/UFSC) no semestre 2015/1.

Florianópolis, 02 de julho de 2015.

---

Prof. Ms. Ricardo Lucas Pacheco  
Coordenador do curso

**Banca examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Pedrosa Marcassa  
MEN/CED/UFSC - Orientadora

---

Prof. Dr. Santiago Pich  
EED/CED/USFC - Examinador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Astrid Baecker Ávila  
EED/CED/UFSC - Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriana D'Agostini  
EED/CED/UFSC - Suplente

Dedico este trabalho há minha família, amigos e professores.

## AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial minha mãe, quem dedicou sua vida a mim e meus irmãos, uma nordestina simples que através do suor do seu trabalho sempre acreditou em uma vida melhor, e também ao meu pai que sempre me apoiou em todas minhas decisões. Aos meus irmãos que foram meus heróis de infância que hoje ao meu lado são homens e mulheres que me orgulham mais e mais a cada dia. Sirlei Maciel e Luis Maciel obrigado por acreditarem antes mesmo de mim.

A meus amigos, de 04 de novembro de 2009 aos dias de hoje," sem vocês aqui primavera sem flor e o paraíso fica sem cor", não escolheria outros. Miguel F. Schuck, Ivan Gomes, Tiago Maciel, Tiago Pazolini, Alexandre Ferrarezi, isso é por todos nós. E todo aquele que nesta frase conseguir recordar de um momento nosso, sinta-se abraçado por estas palavras.

Aos professores que ao longo destes 6 anos de graduação possibilitaram a degustação do conhecimento universitário, estes mestres que executaram sua função com tamanha maestria, tornando esse espaço tão rico. Em especial a Luciana Pedrosa Marcassa que ultrapassou a figura de professora e se tornou uma amiga, a quem cativo um carinho especial, obrigado pela instrumentalização, preocupação, orientação, e também pelos puxões de orelha, mas acima de tudo por ser essa mulher comprometida e apaixonada pela vida, felicidades mamãe.

Enfim foi um logo percurso que sem a presença de cada um de vocês não poderia ser construído, aqui deixo meu carinho traduzido em palavras e meu muito obrigado.

## RESUMO

Esta pesquisa buscou conhecer como se realiza e quais os reais interesses do Programa Atleta na Escola (PAE), a começar pelo processo de adesão do programa na Escola de Educação Básica Jurema Cavalazzi, suas etapas, requisitos, características, funcionamento, até sua influência nas aulas de Educação Física. A pesquisa foi dividida em três momentos: 1) Situar e compreender o PAE no contexto das políticas públicas de esporte no Brasil; 2) Estabelecer relações entre Educação Física Escolar, Políticas Públicas de Esportes e Megaeventos Esportivos; 3) Evidenciar os impactos e desafios do PAE para a Educação Física Escolar. Para tanto, utilizou-se de revisão de literatura, análise de documentos e entrevistas, tendo em vista a articulação das informações coletadas na perspectiva da triangulação de dados, conforme Triviños (2012). Concluiu-se que as unidades educativas onde o programa acontece, a exemplo da escola pesquisada, aderem ao programa com o objetivo de melhorar a infraestrutura para as aulas de Educação Física, em contrapartida, são obrigadas a ajustar o conteúdo dessas mesmas aulas para alcançar os objetivos do PAE, ou seja, promover o desenvolvimento de habilidades específicas das modalidades do programa e selecionar talentos esportivos por meio da realização de provas para detecção de índices. Isso acaba por engessar o plano de ensino do professor, impossibilitando o desenvolvimento do esporte de cunho educacional, ao passo que reduz a própria Educação Física escolar às velhas práticas esportivas, inviabilizando o acesso à cultura corporal historicamente produzida.

**Palavras-Chave:** Programa Atleta na Escola; Políticas Públicas de Esporte; Educação Física Escolar.

## ABSTRACT

This study aimed to know how the Program Athlete in the School (PAS) is conducted and which are its real interests, starting from the adhesion process to the Program in the elementary school Jurema Cavalazzi, and studying its steps, requisites, characteristics, functioning, up to its influence on Physical Education classes. The research was divided into three moments: 1) Situating and comprehending the PAS within the context of sports public policies in Brazil; 2) Establishing relations amongst School Physical Education, Sport Public Policies, and Mega Sporting Events; 3) Evidencing PAS's impacts and challenges on the School Physical Education. For such, a literature review was carried out, as well as an analysis of documents and interviews, considering the articulation of collected information in the perspective of data triangulation, in accordance with Triviños (2012). It was possible to conclude that the educational units where this Program happens, for instance the school where this research was carried out, adhere to PAS in order to enhance the infrastructure for Physical Education classes. On the other hand, these institutions are obligated to adjust the content of their classes to reach the PAS goals, namely, to promote the development of specific abilities in modalities of the Program and select sport talents by performing detection trials indices. This ends up impeding the professor's teaching plan to be accomplished, precluding the development of the educational nature of sport, while reducing the School Physical Education to the old sports practices, preventing access to corporal culture historically produced.

**Keywords:** Program Athlete in the School; Sport Public Policies; School Physical Education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNE- Conferencia Nacional de Esporte  
CND- Conselho Nacional de Desportos  
COB- Comitê olímpico Brasileiro  
COI- Comitê olímpico Internacional  
FIFA- Federação Internacional de Futebol  
ME- Ministério do Esporte  
MEC- Ministério da Educação  
PAC- Plano de Aceleração do Crescimento  
PAE - Programa Atleta na Escola  
PDEL- Plano Decenal de Esporte e Lazer  
PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola  
PEF- Professora de Educação Física  
PNE- Política Nacional de Esporte  
PT- Partido dos Trabalhadores  
SNEL- Sistema nacional de esporte e lazer  
UFSC- Universidade de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS ATUAIS</b> .....	15
2.1 O Projeto Neoliberal e as Políticas Públicas de Esporte no Brasil .....	21
2.2 O Neoliberalismo no Brasil .....	23
2.3 O Programa Atleta na Escola (PAE) .....	27
2.4 Conferências Nacionais do Esporte I, II, III. ....	31
2.4.1 I Conferência Nacional do Esporte .....	33
2.4.2 II Conferência Nacional do Esporte .....	35
2.4.3 III Conferencia Nacional de Esporte .....	37
<b>3 Educação Física Escolar, Políticas Públicas de Esportes e Megaeventos</b> .	43
3.1 O Esporte e suas Perspectivas Escolares .....	45
3.2 Os megaeventos esportivos .....	48
3.3 Megaeventos e a Educação Física Escolar.....	51
3.4 Megaeventos Esportivos e a Educação Física na E.E.B Jurema Cavallazzi.....	53
<b>4 O PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA: impactos e desafios para a Educação Física Escolar</b> .....	56
4.1 O Funcionamento do PAE e sua Estrutura em 2014. ....	57
4.2 A experiência do PAE na E.E.B. Jurema Cavallazzi. ....	60
4.3 A origem e Finalidade do PAE na Escola.....	64
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	72
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75
<b>APÊNDICE</b> .....	79

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu no ano de 2013 das inquietações nascidas na prática pedagógica durante o Estágio Supervisionado de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), quando se observou a existência de algumas Políticas Públicas de Esporte, especificamente voltadas à escola, para além do tratamento conferido ao esporte como conteúdo curricular da disciplina de Educação Física. Após este momento fomos reunindo observações e dados que culminaram na necessidade da realização de uma pesquisa exploratória e descritiva, para uma melhor compreensão destas políticas no campo.

A escola em questão é a Escola de Educação Básica Jurema Cavalazzi (local do estágio), localizada no bairro José Mendes, pertencente ao maciço do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis (SC) e que atende, predominantemente, crianças e jovens oriundos das comunidades do seu entorno.

É neste cenário composto por famílias que vivem em situação de extrema pobreza, habitando instalações simples e precárias na região superior do Morro da Queimada, e outras com melhores condições de vida e habitação, moradoras do bairro José Mendes, que se situa a escola campo da pesquisa. Segundo Dantas (2004) há um preconceito entre a parte inferior e a superior do Morro da Queimada em decorrência do narcotráfico, resultando em um ambiente tenso. Eis a característica de nosso lócus de estudos: uma política de esporte realizada em uma escola da periferia da cidade, plena de tensões e conflitos.

Durante o estágio na escola aconteceu nosso primeiro contato com o Programa Atleta na Escola, um programa do Ministério da Educação, em parceria com Ministério do Esporte e Ministério da Defesa, que se propõe a incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos, ocultando aí as implicações e consequências para a Educação Física Escolar.

Nosso objetivo foi, então, conhecer este programa, a intenção e os reais interesses colados a esta Política Pública de Esporte endereçada à escola,

buscando compreender como se deu a adesão desta unidade de ensino ao programa e também seus impactos na disciplina de Educação Física. Nesse sentido, buscamos responder ao seguinte problema: Quais as finalidades do PAE e suas influências nas aulas de Educação Física, considerando a realidade da escola pública no Brasil?

Para responder a essa questão, analisamos como se deu a implementação do PAE em uma escola pública da rede estadual de Santa Catarina (EEB Jurema Cavallazzi), a fim de explicitar as intenções e os interessantes que tal programa carrega, bem como evidenciamos as tensões e contradições presentes na relação entre o Programa e a disciplina Educação Física, já que ambos têm o esporte como seu conteúdo de ensino, porém com objetivos e finalidades distintas. Buscamos também conhecer os mecanismos de “sedução” e persuasão utilizados pelo Governo Federal junto às unidades escolares para que essas façam adesão ao Programa Atleta na Escola e finalmente observarmos o desenvolvimento do PAE no interior da unidade escolar campo da nossa pesquisa.

O estudo enfocou apenas uma unidade escolar, a E.E.B. Jurema Cavallazzi, como um exemplo da expressão singular da relação entre a totalidade e a particularidade, ou seja, o estudo não se caracteriza como um estudo de caso. E se justifica por ser uma instituição com a qual já havíamos estabelecido uma relação de confiança por causa do estágio, bem como pelas suas características específicas, ou seja, ser uma escola pública frequentada por crianças e jovens de baixa renda, inserida em uma comunidade empobrecida, para quem o esporte talvez seja uma promessa de ascensão social, ao mesmo tempo em que as condições objetivas para sua prática são extremamente precárias.

Esses aspectos são importantes para a implementação do Programa porque a obtenção de recursos para a construção e/ou reforma das estruturas destinadas à prática esportiva parece ser um forte motivador para a adesão ao programa. Neste caso, cabe dizer que a escola campo da pesquisa não possui ginásio ou quadra poliesportiva coberta e a possibilidade de se obter melhorias nas instalações físicas da escola é vislumbrada justamente pelos recursos oferecidos pelo Programa na contrapartida de sua adesão pela escola. Assim, além de contribuir para uma reflexão sobre políticas de esporte e sua relação com a escola e com a Educação Física escolar, tal estudo também evidencia os

dilemas vividos pelas unidades educativas frente à incorporação de um conjunto de projetos e programas que são propostos às escolas públicas com vistas à melhoria da qualidade de ensino, mas que são meramente compensatórios da situação de sucateamento e abandono em que se encontram, entre eles, o PAE.

A pesquisa qualitativa surge da necessidade que os pesquisadores têm de lidar com muitas informações que não podem ser quantificadas. Este tipo de pesquisa também é conhecido como estudo de caráter etnográfico, que significa “estudo da cultura” de forma bem generalizada (TRIVIÑOS, 2012), e neste caso, de uma cultura local, específica, a cotidiano escolar de uma unidade educativa da rede estadual de Santa Catarina, localizada na região do maciço do Morro da Cruz em Florianópolis.

De acordo com Triviños (2012), esta pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório e descritivo, pois permite ao investigador aumentar a sua experiência em torno de determinado problema. A pesquisa exploratória possibilita, ao pesquisador, manejar com maior segurança uma teoria cujo enunciado resulta demasiado amplo para os objetivos da pesquisa, ou mesmo quando o pesquisador busca elementos necessários que lhe permitam um contato com determinada população a fim de obter os resultados que procura.

Já o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. Segundo o mesmo autor (TRIVINÕS, 2012), a maioria dos estudos no seguimento da educação é de natureza descritiva. O foco é conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente.

Para dar conta dos objetivos, responder ao problema de pesquisa e trilhar o percurso investigativo sugerido por Triviños (2012), realizamos uma vasta revisão da literatura junto a uma análise documental acerca do programa, e também fomos a campo e realizamos coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada, buscando evidenciar as contradições presentes na relação destas políticas públicas de esporte com a educação física escolar e também discutir os significados, implicações e possíveis “legados” do programa Atleta na Escola (PAE).

Para a revisão da literatura, fizemos um levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre o tema da pesquisa a partir dos seguintes descritores: políticas de esporte, esporte na escola, educação física e esportes, educação física escolar, atleta na escola. Outras referências bibliográficas foram acessadas de acordo com o material que ia surgindo.

A análise de documentos foi realizada especialmente a partir dos relatórios finais das três Conferências Nacionais do Esporte, os quais expressam o posicionamento e as deliberações que passaram a orientar a Política Nacional de Esporte, criada recentemente, durante o Governo Lula-Dilma.

Segundo Trivínos (2012, p.111):

A análise documental é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros- texto etc.

Além do trabalho de revisão bibliográfica e análise documental, realizamos uma entrevista semiestruturada com a Professora de Educação Física da Escola, uma das responsáveis pela adesão da escola ao PAE, pela decisão acerca da utilização dos recursos, pela experiência com o PAE e sua presença e/ou interferência nas aulas de Educação Física e também pela realização da Etapa Escolar do programa.

Para a análise dos dados, utilizamos a técnica da “triangulação de dados”, que tem como objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com a realidade macrossocial (TRIVINÓS, 2012).

O campo de investigação, como já dissemos, é a E.E.B. Jurema Cavallazzi, localizada no Bairro José Mendes, que atende as crianças e jovens que vivem no Morro da Queimada, território do maciço do Morro da Cruz. Os sujeitos envolvidos na pesquisa (embora não tenham participado diretamente da mesma como depoentes ou investigados) foram os alunos das turmas que a PEF (professora de Educação Física) selecionou para a participação no programa.

As observações foram feitas em relação ao material usado, às modalidades selecionadas para o trabalho, ao desenvolvimento e preparação para as etapas, bem como à motivação por parte dos alunos e da professora, cuja finalidade foi conhecer as experiências proporcionadas pelo Programa Atleta na Escola no interior desta unidade educativa, bem como desvendar suas tensões, contradições e impactos sobre a Educação Física escolar.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS ATUAIS**

As políticas públicas de Esporte no Brasil começaram a ser desenvolvidas durante o Governo Vargas, no período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Visando a promover nos cidadãos a força, o caráter e a disciplina necessários ao processo de industrialização e de modernização do país em diferentes áreas, Vargas percebeu no esporte um importante veículo de formação e de difusão da ideologia do Estado Novo, incentivando, nesse sentido, a formação de políticas públicas para o setor.

O Estado Novo tinha por alicerce três aspectos centrais, os quais se disseminaram também pelo ramo esportivo, são eles: o corporativismo, nacionalismo e a modernização. Para organizar o esporte nacional, foi necessária a criação de associações corporativas, ou seja, pois havia uma grande diversidade de organizações esportivas que alegavam representar uma modalidade, gerando conflitos que não condiziam com um Estado forte (FLAUSINO, 2013).

Para Linhales (1996, apud FLAUSINO, 2013, p.58) a ideologia do nacionalismo buscava promover a unificação do país em torno de uma moral cívica, segundo a qual os interesses dos cidadãos estavam em segundo lugar quando se tratava dos interesses da nação. Já a modernização era essencial para que o país se ajustasse ao padrão internacional no campo das relações econômicas sociais e políticas, de modo que construir um país moderno e industrializado pressupunha o desenvolvimento de projetos que educassem a nação, principalmente os trabalhadores. Para tanto, o esporte aparece como um importante auxiliar na disciplina dos gestos, do corpo, da moral e da vontade.

É deste período a primeira proposta de lei no que se refere ao esporte no Brasil, o Decreto-Lei 3.199, de 11 de abril de 1941. O que motivou tal iniciativa foi a questão da "disciplina", tendo como justificativa o fato de que o esporte nacional alcançava notável êxito em competições externas e internas, porém havia carência de uma organização mais séria. Nesse período, o país tem como ordem social um Estado Corporativo que pressupõe a intervenção Estatal na dinâmica e no funcionamento das entidades civis, nas quais o conflito não é

considerado como forma de convivência (MANHÃES, 1986).

O Estado, neste contexto, negava o individual em prol de um "coletivo". Se os indivíduos têm direitos, o Estado está acima deles, de modo que a luta de classes é simplesmente ocultada ou negada.

Nacionalizar o esporte implicou o privilégio do esporte amador, seletivo e de rendimento, prejudicando outras manifestações do próprio esporte que ficaram à margem do processo. O governo proibiu, por exemplo, o profissionalismo, pois acreditava ser mercenário e antiético, enquanto que o amadorismo visava ao "bem comum" e integrava os planos nacionalistas (FLAUSINO, 2013).

Por outro lado, Vargas mantinha certa aproximação com os clubes e instituições esportivas, pois assim conseguia controlá-las. Fazendo uso do discurso cívico, nacionalista e disciplinador para afirmar a lealdade do cidadão, encontrou aí um ambiente favorável ao desenvolvimento de políticas autoritárias e coercitivas. Diante desse movimento, percebe como se inicia a relação dos esportes de rendimento com o Estado, a promoção das primeiras políticas públicas e a promulgação de uma legislação especificamente voltada ao setor esportivo.

O fim do Estado Novo não mudou muito este quadro. Na verdade, ao longo da história, o que houve foram adaptações por onde entraram novos personagens como os representantes de clubes e instituições esportivas em cargos públicos defendendo interesses privados.

Juscelino Kubistschek (JK), com a base deixada por Vargas, teve seu mandato caracterizado como desenvolvimentista, buscou acordos econômicos com outros países, como Alemanha e Japão, transpondo o histórico internacional de uma relação unilateral com os norte-americanos nas relações econômicas e políticas entre nações.

Em relação aos esportes, após a derrota para a seleção de futebol do Uruguai no Maracanã em 1950, o país passou por um período de espera da Copa de 1958, quando a equipe brasileira, que contava com Pelé e Garrincha entre seus jogadores, conquista o campeonato mundial, não só no futebol, mas obtendo vitórias em outras modalidades esportivas como o boxe, tênis, basquete e vôlei. JK ficou conhecido como pé- quente e não demorou a associar o sucesso dos esportes ao cenário de pleno desenvolvimento que o país vivenciava a época.



Entre os aspectos que ilustram o crescimento econômico e cultural brasileiro se destaca a descentralização política do Rio de Janeiro para Brasília<sup>1</sup>.

De qualquer forma, o esporte não deixou de ser uma ferramenta funcional-utilitarista nas décadas que se seguiram, sendo que, durante o Governo Militar (1964-1985) ele foi uma importante ferramenta de legitimação do regime. Exemplo disso foi o Decreto nº. 705, de 25 de julho de 1969<sup>2</sup>, que torna a Educação Física (cujo conteúdo principal era o esporte) obrigatória no ensino superior, no intuito de desarticular os movimentos estudantis (FLAUSINO, 2013).

Além disto, temos conquistas internacionais referentes ao esporte de rendimento, que influenciaram a formulação do Decreto nº. 705/1969 e que tinham como meta, por meio da escola, formar uma base para a pirâmide esportiva nacional, de tal forma que a Educação Física, neste período, foi marcada pelo esporte na escola.

Em 1985, durante o Governo Sarney, é lançado o Decreto nº 91.452, de 19 de Julho de 1985<sup>3</sup> que cria uma comissão responsável por estudar formas de reformulação das políticas no setor. A comissão foi presidida por Manuel José Gomes Tubino, que também era presidente do Conselho Nacional dos Desportos<sup>4</sup> (CND) e tinha como secretário o Coronel Octavio Teixeira. A comissão se preocupou mais estabelecer as características do CND do que reformular as políticas públicas esportivas. O relatório final desta comissão reconheceu o esporte em três manifestações: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento; e para a sua modernização, sugeriu a criação de um órgão junto à Presidência da República ou alterar o Ministério da Educação para “Ministério da Educação e do Esporte” (FLAUSINO, 2013).

No relatório da CND criada durante o governo Sarney nos anos de 1985, de acordo com Linhales (1996 apud FLAUSINO, 2013, p. 68), os itens que receberam maior atenção foram: o afastamento do Estado, justificado pelo estímulo à livre iniciativa; revisão da legislação a fim de modernizá-la; inclusão do esporte na nova Constituição, elaboração de propostas de abatimentos e isenções fiscais; e criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Esportivo

---

<sup>1</sup> <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Esportes>

<sup>2</sup> Este Decreto tem como objetivo tornar a Educação Física obrigatória em todos os níveis de escolarização e também no Ensino Superior.

<sup>3</sup> Este Decreto cria a CDN cuja função era reformular as políticas de esporte.

<sup>4</sup> Órgão criado pelo Decreto-Lei nº. 3.199.

(FUNDESP), no intuito de direcionar os recursos e dinamizar o repasse.

Observamos o que o Decreto nº 91.452, de 19 de Julho de 1985 seria mais um acordo de interesses entre a iniciativa privada e o Estado, em que o Estado se afasta, dizendo que o esporte necessita de espaço para a livre iniciativa, e para isso possibilita a isenção fiscal. O CND representou o Estado nas questões do esporte e dirigiu o texto que versava sobre "autonomia esportiva". Essas novas reformulações no intuito de organizar a participação do Estado e a iniciativa privada culminou no artigo 217 da Constituição de 1988 (FLAUSINO, 2013).

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL. Constituição, 1988).

Mesmo o esporte sendo reconhecido na Constituição como um direito, e o Estado sendo o responsável por disseminá-lo, há pontos contraditórios entre eles e uma inversão no que se refere à prioridade entre o esporte educacional e o esporte de rendimento, ou seja, na atualidade o esporte educacional serve aos interesses do esporte de rendimento.

Já sabemos da influência do esporte de rendimento sobre a formulação de políticas públicas, pois ele possibilita o favorecimento e o acúmulo de capital para o setor privado, desenvolvendo e carregando consigo características da sociedade capitalista (meritocracia, competitividade, individualismo). Além disso, o esporte de rendimento conta com o poder da mídia como um elemento de expansão do mercado.

Porém, é importante lembrar que nem todas as políticas públicas são funcionais ao sistema capitalista, pois servem para a manutenção do sistema e

acumulação de riquezas. Há muitas leis e políticas públicas, regras e projetos que são afuncionais, ou seja, resultam da disputa e do conflito de interesses do jogo político, não sendo funcional a uma instituição ou ao sistema capitalista, ou seria impossível explicar as mudanças caso negássemos o conflito (LOVISOLO, 1995).

Os anos 80 são essenciais na formulação de políticas públicas democratizantes, pois os movimentos sociais se organizam, e havendo muitas conquistas em relação aos direitos sociais, o esporte também avança para uma concepção mais democrática e participativa.

Para Baptista (1981 apud FLAUSINO, 2013, p.23) o planejamento em políticas públicas se refere ao delineamento de atividades necessárias ao atendimento de determinados objetivos, o que envolve, conjuntamente, a realização de ações para a adesão ao mesmo, o acompanhamento da execução, o controle, a avaliação e redefinição das ações, caso seja necessário. O planejamento é realizado a partir de sucessivas aproximações à situação definida como alvo de intervenção.

As etapas de planejamento e a elaboração de seus respectivos documentos envolvem quatro dimensões: a racional, a política, a técnico-administrativa e a valorativa. O aspecto racional reporta-se à prática da racionalização do pensar e do agir dentro de um contexto no qual é preciso obter soluções para diversas questões e impasses. A dimensão política refere-se à tomada de decisões que se configura como algo contínuo e engloba a definição de objetivos e metas, a escolha de prioridades, os modos de intervenção, a composição dos recursos e a distribuição de responsabilidades. Já a técnico-administrativa refere-se à organização e à operacionalização das ações assumidas pelo centro decisório, ou seja, ao desenvolvimento do processo que transformará o planejamento em realidade (FLAUSINO, 2013 p.21).

Nos anos 90, quando o Presidente Fernando Collor de Mello assume a presidência, ele cria a Secretária de Esportes da República (SEPR), para a qual foi escolhido como presidente Artur Antunes Coimbra (Zico, ex-jogador de futebol) (FLAUSINO, 2013).

Foi elaborada então, no interior da SEPR a chamada “Lei Zico” (a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993) essa lei teve como objetivo há negação do esporte como direito social, se propôs manter a estrutura de instituições que tinha

hegemonia sobre o esporte, além do fato de dar ênfase ao esporte de rendimento sobre outras manifestações esportivas. Ela teve o objetivo de adequar a legislação brasileira ao neoliberalismo e colocou o mercado como definidor das políticas públicas de esporte no entanto foi alvo de inúmeras suspeitas referentes à ligação com a corrupção, bingos e entidades de interesses obscuros. Diante dessas suspeitas, em 1995 é criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que percebe a necessidade de correção da lei, passando a ser chamada de “Lei Pelé” (FLAUSINO, 2013).

A Lei Pelé (Lei 9.615 de 24 de março de 1998) tinha como missão afirmar o direito social ao esporte e ao lazer, perspectivando o desenvolvimento nacional e humano. Essa lei entende o esporte em três manifestações: Desporto Educacional enquanto praticado no âmbito dos sistemas de ensino; Desporto de Participação enquanto ação voluntária dos praticantes das mais diversas modalidades esportivas e o Desporto de Rendimento compreendendo a manifestação esportiva em nível nacional e internacional (COLOMBO, 2014).

O projeto da Lei Pelé também foi muito criticado, pois a velocidade com que tramitou no Congresso Nacional, afirma-se, deve-se ao fato de que o “mito Pelé”, que acabara de assumir como Ministro do Esporte e Turismo, estava associado ao projeto, fazendo com que ganhasse velocidade e fama. Além disso, o projeto dava ênfase ao futebol e outras modalidades, ainda que de auto-rendimento, defendidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ficaram sem foco (FLAUSINO, 2013).

A Lei Pelé é uma das responsáveis por tornar os clubes de futebol brasileiro em megaempresas, e mesmo depois de passar por várias ementas, ela é a lei que rege o esporte até os dias de hoje (FLAUSINO, 2013).

A Lei Pelé chama a atenção por seu impacto no esporte até os dias atuais. Ela sofre muitas alterações ao longo dos anos, um exemplo são os bingos; originalmente a lei não tinha relação alguma com o jogo, mas ao longo do processo ela foi se beneficiando dessas atividades, fazendo o uso dos tributos oriundos do jogo para o financiamento do esporte de rendimento em todo território nacional até o ano de 2002, quando foram permanentemente proibidas.

Vamos percebendo o quanto a formulação de leis e políticas públicas de Esporte e Lazer tem um histórico autoritário e marcado pela força dos grupos

privados no setor. Desde a era Vargas, passando pela Ditadura Militar, quando o esporte se torna um elemento legitimador do regime, até o período mais recente, em que o setor esportivo se torna um campo de disputa hegemônica, um palco de conflitos de interesses entre os grupos organizados, de modo que pensar em processo democrático como fundamento da elaboração de políticas públicas de esporte no Brasil é algo ainda por ser construído e, sem dúvida, só pode emergir como fruto da luta de classes e da participação de movimentos sociais organizados.

Os agentes sociais e entidades que formam o campo esportivo brasileiro não são homogêneos. Diferentes pessoas e entidades, com interesses por vezes antagônicos, confrontam-se ou aliam-se de forma dinâmica em um campo de disputa política que mistura desde interesses pessoais até disputas ideológicas relativas à compreensão do papel do Estado e das políticas sociais (CASTELAN, 2011, p. 28).

Sabendo que o campo das políticas públicas é um espaço heterogêneo, onde se movem diferentes sujeitos coletivos, com seus projetos e interesses, é que buscamos compreender a relação entre a criação do Programa Atleta na Escola, as Conferências Nacionais do Esporte e as políticas neoliberais. Queremos esclarecer quais as motivações que, no interior do campo esportivo, levaram à formulação de uma política pública de esporte, especialmente voltada à escola, e qual a sua articulação com o papel da Educação Física neste âmbito.

## **2.1 O Projeto Neoliberal e as Políticas Públicas de Esporte no Brasil**

O neoliberalismo surge na Europa e na América do Norte no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 juntamente com a crise do Estado de Bem Estar Social e do modelo fordista de organização do trabalho, em que se verificavam baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, aliadas a um longo período de recessão (ANDERSON, 2000).

Para fundamentá-lo, são retomadas as ideias de Friedrich Hayek, um liberal convicto, defensor do mercado enquanto regulador das relações econômicas, e que acreditava na desigualdade do sistema capitalista como algo positivo, capaz de impulsionar o crescimento econômico e o progresso social. Sua principal obra é *O Caminho da Servidão*, escrito na década de 1940, mas que não

obteve grande repercussão no período frente ao momento auge vivido pelo capitalismo durante os anos de 1950 e 1960 (ANDERSON, 2000).

Nos anos de 1990, as ideias de Hayek são revividas, passando a justificar a necessidade de um conjunto de reformas no âmbito do Estado. Essas reformas, então chamadas de neoliberais, que visavam conter as crises acima mencionadas e recuperar as taxas de lucro para o capital, atacavam o suposto poder excessivo dos sindicatos, a ampliação dos direitos trabalhistas e o aumento dos gastos públicos com políticas sociais, na medida em que esses aspectos eram vistos como causas das crises e, portanto, alvos principais de suas medidas (ANDERSON, 2000).

O neoliberalismo é um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70. Estas receitas tem como fonte de inspiração principal as obras de Milton Friedman e essas idéias, por sua vez, remontam a Hayek e a chamada “tradição austríaca” (ANDERSON, 2000 p.139).

Desde sua origem, o termo “liberal” não tem o sentido de avançado, democrático, aberto, como costuma ser usado. A doutrina liberal desenvolveu-se como justificação do sistema capitalista, que ao defender a predominância da liberdade econômica e de consumo, e dos interesses individuais e privados em detrimento dos interesses gerais e coletivos, estabeleceu-se de modo justaposto ao modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção, que se sustenta na sociedade de classes (LIBÂNEO, 2011).

Segundo Sales de Melo (apud MELO, 2005 p.10-11) os princípios neoliberais assentam-se, portanto, na apologia à liberdade individual como base natural de ordenação social e, como consequência, na liberdade de produzir, de possuir, da propriedade privada. A afirmação do mercado como instância reguladora e ordenadora da sociedade, naturalmente harmoniosa, e de todas as complexas interações entre os interesses e necessidades dos indivíduos leva à negação de qualquer intervenção sobre este sistema. Neste sentido, qualquer crítica ou intervenção do Estado sobre o mercado, sobre a economia ou sobre as relações sociais em seu conjunto seria uma aberração, na medida em que tenderia a desequilibrar o funcionamento harmonioso e as relações “naturalmente” construídas no interior do sistema, alterando, assim, o bom funcionamento do

mercado e de suas próprias regras.

O neoliberalismo demorou uma década para se tornar hegemônico no mundo. Propagando-se a partir de países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, ele vai se consolidando, mesmo com algumas resistências, nos demais países europeus como França e Grécia e também na América Latina. No conjunto de países que hoje compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o neoliberalismo demonstrou êxito com a queda na inflação de 8,8% para 5,2%, aliado a um aumento de lucros das empresas. Por outro lado, houve um aumento da taxa de desemprego, que duplicou em 4% dos anos 70 para os anos 80, acirrou a desigualdade social, algo visto como positivo dentro do sistema capitalista e, além disso, intensificou a exploração do trabalho, destituiu direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora durante os séculos XIX e XX, privatizou empresas e serviços públicos essenciais e ampliou os índices de pobreza, sobretudo nos países periféricos do capitalismo mundial. De modo geral, entretanto, o capitalismo em sua fase neoliberal não conseguiu recuperar aquelas taxas de lucro dos anos 50 e 60 (ANDERSON, 2000).

Atualmente, o neoliberalismo continua sendo uma ideologia em ampla difusão, alcançando novos territórios como no Oriente, e países como o Japão e Índia, tendo se tornando algo que o capitalismo jamais produziu igual.

O capitalismo privilegia o atendimento das necessidades de acumulação do capital. Para tanto, assenta-se na livre concorrência; na privatização; na livre circulação de capital; na flexibilidade e desterritorialização da produção, na inovação tecnológica, na formação de um estilo de vida consumista, hedonista e imediatista, na destituição de direitos sociais e de cidadania e no uso do fundo público como mecanismo de geração de valor e coesão social (MATIAS e MASCARENHAS, 2013).

## **2.2 O Neoliberalismo no Brasil**

O neoliberalismo no Brasil também surge do esgotamento do Estado de Bem Estar Social. A Industrialização iniciada na era Vargas dava seus primeiros sinais de cansaço quando a intervenção militar na década de 60 ajudou na readequação econômica para que o país passasse para nova era do capitalismo,

casada com a crise dos anos 70 (SADER, 2000).

A chegada do neoliberalismo no Brasil ocorre, de fato, durante o curto mandato do ex-presidente Fernando Collor de Melo, apesar da resistência de alguns sindicatos e movimentos sociais para frear a onda de reformas que se seguiram durante o Governo de Itamar Franco e se aprofundaram durante os oito anos de Presidência de Fernando Henrique Cardoso.

Nos anos de 1990 o neoliberalismo avança ainda mais em virtude das mudanças na política econômica que fortaleceram a moeda nacional – o Real – implicando em algumas melhoras do ponto de vista do equilíbrio da inflação. Porém, juntamente com isso, observou-se o refluxo das conquistas sociais e da participação social nas instâncias de decisão, uma vez que o neoliberalismo provocou a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que cumpriram um papel importante nas lutas sociais históricas em nosso país (OLIVEIRA, 2000).

Segundo Oliveira (2000) o neoliberalismo, atacando os movimentos populares, que tinham alcançado importantes conquistas até os anos de 1990 (como fazer o governo rever várias políticas), acaba por atacar diretamente a esperança do brasileiro, gerando uma onda conservadora, aliada também ao medo da mudança, o medo da reforma ou o medo da experimentação. O autor cita exemplos de pesquisas onde o povo pede que não se mexa nos salários.

Este é o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal (OLIVEIRA, 2000 p.28).

O que estava em jogo naquele período final do século XX e virada do século XXI era o conservadorismo que favorecia a burguesia em detrimento da classe trabalhadora. Estando os movimentos sociais e populares abalados pela onda neoliberal, a disputa no campo político culminou na vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1994 (OLIVEIRA, 2000).

No ano de 2003, após três tentativas de chegada ao poder, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, é eleito presidente. Caracterizado como um governo progressista e, portanto, contrário às políticas privatizantes implementadas no período anterior sob a égide neoliberal, coloca em marcha um



novo Plano de Metas que buscou “inverter as prioridades”, na medida em que, por meio de amplos programas sociais como o Fome Zero e políticas de financiamento a juros baixos, entre outras iniciativas de largo alcance, procurou combater a pobreza e promover o desenvolvimento social com cidadania, sobretudo para os mais necessitados economicamente. Paralelamente, em virtude da política de alianças com um determinado setor da burguesia nacional, combateu o desemprego e alavancou o desenvolvimento da Indústria Brasileira, especialmente no ramo automobilístico e da construção civil.

O ciclo histórico em que nos encontramos caracteriza-se pela predominância da Estratégia Democrática Popular. Tal formulação encontra no Partido dos Trabalhadores (PT) sua forma de expressão organizativa e política e seu desenvolvimento corresponde ao percurso histórico deste partido desde sua formação em 1980 até a experiência de governo que completa em 2013 dez anos (IASI, 2013).

Segundo Fernandes (2011 apud IASI, 2013 p.17), o posicionamento assumido pelo PT, no que se refere à sua tendência socialista, tem mais a ver com a questão da diferenciação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de onde vem, originalmente, grande parte dos seus membros, do que com o socialismo propriamente dito. Para o autor, o PT poderia representar, assim, um movimento trabalhista, ainda que muito forte e íntegro, mas se não contivesse um profundo conteúdo socialista revolucionário, acabaria por se tornar um reformismo ou ainda pior um simples oportunismo.

As palavras de Florestan Fernandes foram proféticas, pois poucas foram as mudanças sociais efetivamente provocadas pelos Governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 - ainda em curso), também do PT.

Atualmente muito se fala em políticas públicas no cenário nacional, principalmente no que se refere às políticas públicas de esporte e lazer, mas esse debate vem acompanhado da realização de megaeventos esportivos em nosso país e de sua repercussão midiática.

Mas algo novo pode ser dito a respeito desse tema: trata-se da forma supostamente democrática de se elaborar a política pública de esporte no Brasil, pelo menos, em sua intenção e/ou discurso. Porém, sabemos que o campo político é um espaço de disputa de interesses conflituosos e o Estado, como representante do projeto do bloco no poder, sempre esteve, e continua estando,

compromissado com os interesses econômicos das classes dominantes, cumprindo um papel de administrador dos conflitos oriundos da luta por interesses antagônicos, ainda que nunca se tenha falado tanto, neste país, em participação popular.

É algo novo no Brasil a ideia da participação popular na elaboração de políticas públicas, principalmente, no setor das políticas públicas de esporte. Mas para compreendermos as influências que atuam sobre a formulação de políticas públicas, temos que levar em conta as instâncias que atuam neste campo: Empresas, Mercado e Estado.

Se no início do Século XX o crescimento demasiado das empresas terminou em duas grandes guerras, e no pós-guerra a abertura dos mercados cresceu de tal forma que superou a produção, no atual contexto as grandes empresas se tornaram dependentes do mercado. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, os Estados também cresciam em virtude do modelo keynesiano, porém, o crescimento do capitalismo, sendo uma extensão dos mercados, principalmente os monetários e os financeiros, fez expandir os mercados sobre as empresas e o Estado. É neste ponto que o poder anônimo do mercado se consolida (ANDERSON, 2000).

Observamos na atualidade o Estado e sua interação com as empresas e o mercado, principalmente este último, que tem grande peso neste jogo, e visualizamos as políticas públicas de Esporte responderem ao mercado diretamente, sendo que o Programa Atleta na Escola (PAE), nosso foco de estudo, se torna mais um exemplo dessa resposta.

No discurso da professora Educação Física (PEF), quando questionada sobre a decisão na adesão ao PAE, ela comenta que "sim, eu me lembro de ter conversado com o Professor X e ele disse: se vem dinheiro para a escola, vamos aproveitar"<sup>5</sup>. Desta forma, as políticas públicas de esporte, já reféns do mercado e do capital, impõem à escola e à Educação Física escolar a opção de aceitar a proposta ou permanecer a parte do processo.

Falamos que o discurso sobre a formulação democrática e participativa de políticas públicas de esporte nunca foi tão forte como no período atual, porém, estamos muito longe desta realidade. Nesse sentido, faremos a seguir uma

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao autor em junho de 2015.

aproximação aos documentos oficiais e também às Conferências Nacionais do Esporte como instâncias que se pretenderam/pretendem democráticas no campo da formulação de políticas para o setor. Nosso objetivo é evidenciar como são construídos os marcos legais e o que está em jogo na arena de luta pela concepção de política de esporte que se quer em nosso país.

### **2.3 O Programa Atleta na Escola (PAE)**

O Programa Atleta na Escola, criado no ano de 2013, que tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos, está amparado pela Constituição Federal de 1988, especialmente nos Artigos 208 e 217, como também pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pela Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, que se refere à alimentação escolar e ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que trata do repasse de verbas às instituições de Educação Básica como mecanismo desburocratizado de acesso aos recursos oriundos do Governo Federal.

Na Constituição Federal de 1988, o esporte educacional aparece como prioridade de investimento antes mesmo do esporte de rendimento, sendo dever do Estado fomentar práticas formais e não formais como direito sociais conquistados. Nesse sentido, a Constituição Federal reflete importantes conquistas quanto aos direitos sociais, e especialmente no que se refere à Educação e ao Esporte, enfoca o dever do Estado em oferecer um ensino público de qualidade e possibilitar o acesso de todo cidadão ao Esporte e a Educação.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Enquanto na Constituição Federal a oferta de práticas esportivas não está necessariamente ligada à escola, embora o desporto educacional seja aí considerado, na LDB - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o esporte educacional aparece primeiramente subsumido ao ensino da Educação Física, como um de seus conteúdos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole (BRASIL. lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Neste parágrafo, observamos que a Educação Física é considerada componente curricular obrigatório, ainda que o caráter facultativo de sua prática em algumas situações específicas suponha que a concepção que lhe dá suporte a vincule à ideia de “atividade física”, visão esta bastante polêmica e discutida na área.

Mas é no Artigo 27 da mesma lei que aparece a promoção do desporto educacional e o apoio às práticas desportivas não formais como diretrizes para os conteúdos curriculares. Considerando o propósito de desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas da educação básica e estimular, por meios das práticas esportivas, físicas e de lazer, a saúde e os valores olímpicos e paraolímpicos, o esporte é incentivado como uma prática ligada às finalidades educativas da escola, como podemos observar abaixo:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996).

Com base no Artigo 27 da LDB, o PAE estaria articulado à promoção do desporto educacional, e não ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, como na verdade parecer ser.

Na legislação em que se fundamenta o PAE, destaca-se a responsabilidade do Estado em fomentar, de um lado, uma educação pública de qualidade a todos e, de outro, a prática esportiva como um direito social. Entretanto nos parece contraditório quando o PAE é incentivado no interior das escolas, ocupando as aulas de Educação Física, pois assim não estaríamos caminhando para realizar nenhum dos objetivos acima arrolados, ao contrário, estaríamos restringindo as possibilidades educativas da Educação Física ao esporte – já que esta, entendida na perspectiva da cultura corporal, pressupõe o conhecimento de um amplo leque de práticas expressivas corporais – e ao mesmo promovendo o esporte de alto rendimento, voltado ao aprimoramento físico e técnico e à seleção dos melhores atletas em detrimento da oferta do esporte educacional como direito social.

As contradições entre a legislação que ampara o Programa Atleta na Escola e sua inserção no espaço escolar talvez encontrem algum fundamento na história, já que percebemos o quanto foi antidemocrático e restrito a alguns

grupos o processo de formulação das leis ao longo da história das políticas públicas de esporte no Brasil. Contudo, a participação popular começou a ser reivindicada nas últimas décadas e com a intensificação das lutas sociais e a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder no âmbito federal a partir de 2003, esta questão parecia ter encontrado outro caminho, de tal forma que o slogan do primeiro governo Lula propunha justamente "Brasil um País de todos".

O PT colocou em prática a chamada estratégia democrático-popular, fazendo alianças com vários segmentos de trabalhadores explorados pelo capitalismo, como trabalhadores do campo e da cidade e setores da classe média. A meta era realizar várias mudanças de caráter anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiária. Um governo com essas características seria um governo socialista, ou seja, seria um combate direto ao modelo capitalista. Porém, com o tempo e com as derrotas eleitorais ao longo dos anos de 1990, as articulações foram se estendendo e outras alianças foram sendo necessárias para se chegar à direção política do Estado. Nessa política de alianças, o PT se articulou a setores da burguesia nacional, de modo que essa nova correlação de forças fez com que o PT chegasse ao poder, porém, sem poder realizar seu projeto original. Assim, o que parecia ser um sucesso do partido, revelou-se como uma desarticulação política com impactos ainda nos dias atuais (IASI, 2013).

Em janeiro de 2003, já em sua quarta campanha pela Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva chega à presidência e hoje, no ano de 2015, o PT faz onze (doze) anos no poder, ainda que tenha mudado bastante seu discurso e seus compromissos iniciais. O acúmulo da riqueza nacional, que era em torno de 52,8% em 2003, dois anos depois de governo petista passou em 75% para as mãos das elites, embora a vida das camadas mais empobrecidas também tenha percebido uma pequena melhora: subiu de 2 dólares ao dia para 3 dólares ao dia, na média dos trabalhadores, mudando sua situação de extrema miséria para a miséria (IASI, 2013).

Quem infelizmente perde com esta realidade é o trabalhador que ganha um falso poder de compra, que nada mais é do que um estímulo à manutenção das condições atuais do sistema político e econômico. A educação é praticamente a mesma; a mídia e outros canais de comunicação incentivam o consumo e o pobre, vítima deste sistema, grato por agora poder comprar, busca trabalhar mais por

menos para assim acreditar que agora tem um poder em suas mãos.

Diante do exposto, percebemos o quando o campo político é conflituoso e contraditório, de modo que a legislação, como expressão das disputas nesse campo, não poderia ser diferente. O Programa Atleta na Escola, como herdeiro de um conjunto de políticas esportivas anteriormente pensadas para a escola e também sendo um veículo dos atuais interesses em jogo, nos mostra como estamos distantes de uma política verdadeiramente democrática e popular, e como as necessidades do mercado prevalecem sobre as necessidades dos trabalhadores e sobre os processos que se pretendem mais participativos, apesar do exercício realizado pelas Conferências Nacionais de Esporte, assunto do próximo item.

#### **2.4 Conferências Nacionais do Esporte I, II, III.**

As conferências nacionais surgem dentro de um conjunto de medidas do governo do PT para, juntamente com a criação ME – Ministério do Esporte, desenvolver uma política nacional de esporte (PNE). O governo petista trabalhou com a ideia de democratizar o acesso ao esporte ao mesmo tempo em que pretendia atingir uma meta maior: o combate às desigualdades sociais. Para isso, lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida, Fome Zero, Bolsa Família, entre outros, que se articulavam em torno da campanha "Brasil um País de Todos".

A ideia das Conferências Nacionais do Esporte nasce no ano de 2004, e são instituídas pelo então recém-criado Ministério do Esporte (ME). As duas primeiras Conferências foram realizadas no ano de 2004 e 2006; já a terceira foi realizada no ano de 2010 com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Esporte e Lazer (FLAUSINO, 2013).

A meta do ME era formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano. A partir desse momento, se inicia uma grande movimentação para a organização e realização das Conferências.

As Conferências Nacionais de Esporte tiveram como objetivo democratizar a construção de políticas públicas de esporte e lazer, envolvendo a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, com o fim de avançar na criação

de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas (FLAUSINO, 2013).

Para tanto, a realização das Conferências contou com as etapas municipais / regionais, a estadual e a nacional. Na etapa municipal foram eleitos delegados e as propostas para a etapa estadual; na etapa estadual eram eleitos delegados e também propostas para a etapa nacional; já na etapa nacional o debate era proposto a partir do texto básico e das propostas que vinham das etapas estaduais (CASTELAN, 2010).

O ME arcou com os custos dos delegados durante as etapas nacionais, por isso, durante o evento, o direito a voz e voto era somente dos delegados, outras pessoas também puderam participar, porém como palestrantes ou ouvintes.

A comissão organizadora era formada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (ME), Secretaria Nacional de Esporte de Alto rendimento (ME), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), Comissão Nacional de Atletas (CNA), Fórum Nacional de Secretários e Gestores do Esporte, Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de futebol (CBF) Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Colégio brasileiro de Ciências do esporte (CBCE), dentre outras representatividades nacionais (CASTELAN, 2010, p.81).

A tentativa de construção participativa das Conferências demonstra uma das características do governo Lula que, desde seu primeiro mandato, buscou a criação de mecanismos participativos. Portanto, as Conferências Nacionais têm grande importância como instrumento de descentralização, participação popular e controle democrático (FLAUSINO, 2013).

Segundo Pereira (1996, apud FLAUSINO, 2013, p.34) a descentralização política tem relação direta com a democracia e a participação popular, entretanto essa ligação existe somente quando tal participação de fato ocorre, configurando assim a descentralização como pré-requisito para uma real democracia.

A partir desse momento, o Ministério do Esporte, como já acontece com outros setores como Educação, Cultura e Saúde, começa a estabelecer suas metas e planos a partir das Conferências.



### 2.4.1 I Conferência Nacional do Esporte

A I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, teve como tema: “Esporte, lazer e desenvolvimento humano”. Os eixos temáticos organizadores do debate para elaboração das propostas de ação foram: esporte de alto rendimento; esporte educacional; futebol; esporte, lazer e qualidade de vida; direito ao esporte e ao lazer; esporte, economia e negócios; esporte, administração e legislação; esporte e conhecimento (FLAUSINO, 2013).

Estiveram presentes 876 municípios, 861 delegados, ao longo do processo foram 83 mil pessoas envolvidas no debate, durante as discussões chegou-se a elaboração de um texto final.

As mesas redondas eram seguidas de grupos de debate por eixos temáticos e depois da plenária final. Os eixos foram: Esporte de Rendimento, Esporte Educacional, Futebol, Esporte, lazer e qualidade de vida, Direito ao esporte e ao lazer, Esporte, economia e negócios, Esporte, administração e legislação, Esporte e conhecimento.

Durante a I Conferência foi elaborado um documento final denominado “Carta de Brasília”, que após quatro dias de discussões e mesas redondas, foi assinado pelo então ministro Agnelo Queiroz, do PC do B. O documento final inicia com agradecimentos ao governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, enfatiza a importância das Conferências e sua renovação no modo de pensar as políticas públicas de esporte no Brasil, finalizando com a necessidade da criação de um Sistema Nacional de Esporte e do Lazer (BRASIL, 2004a).

Ainda no início do documento se fala sobre a importância do esporte e do lazer na vida das pessoas, e aborda a contradição do discurso sobre o caráter salvacionista do esporte, que ele contém pontos positivos e negativos e não se pode esperar dele a salvação dos problemas sociais<sup>6</sup>.

No campo do indivíduo e das comunidades, por exemplo, ele pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, etc. Também pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, criminalidade, e entre outras (BRASIL, 2004a).

---

<sup>6</sup><http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia1.jsp>

Após esse destaque, o documento recupera a história das políticas públicas de esporte, até o ponto em que culmina com algumas propostas voltadas à criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL).

São princípios do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer: 1. O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade; 2. O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais; 3. A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie; 4. A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos (BRASIL. 2007b).

Quanto aos objetivos do Sistema Nacional de Esporte, se estabelece:

1. Promover a cidadania esportiva e de lazer, na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente; 2. Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira; 3. Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer; 4. Detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e para atletas de rendimento; 5. Fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos (BRASIL. 2007b).

Abaixo, seguem os pontos que fundamentaram a construção:

**Esporte e Alto Rendimento:** implantação da Política Nacional de Esporte contemplando o desenvolvimento do esporte olímpico, paraolímpico e não olímpico; capacitar o profissional e professores de Educação Física e outros profissionais ligados ao esporte por intermédio de incentivos à pesquisa, intercâmbio e cursos, além da criação de leis de incentivo fiscal.

**Esporte Educacional:** aumento de inventivos fiscais, parcerias publico privadas, fortalecimento de programas como o segundo tempo e Atleta na escola, estímulo ao desenvolvimento do Esporte Educacional, aprofundamento da articulação com ações conjuntas entre o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação.

**Futebol:** Financiamento e desenvolvimento do futebol feminino, buscar uma gestão mais transparente.

**Esporte Lazer e Qualidade de Vida:** melhoria da infraestrutura, diagnosticar a estrutura existente, neste e no próximo item vamos encontrar pontos que se referem a criação do Sistema de Esporte e lazer.

**Direito ao Esporte e ao Lazer:** Criar o fundo nacional, fiscalização dos fundos, Criação do sistema nacional do esporte e lazer.

**Esporte, Economia e Negócios:** Vinculação mínima de 1% do orçamento através de emenda constitucional, para o esporte, em suas quatro manifestações definidas no texto básico. Criação de Programas de Esporte e Lazer na programação de rádio e TV do Sistema Radio Brás.

**Esporte, Administração e Legislação:** Diz sobre também a lei Piva no intuito de redistribuir recursos e sobre a criação Sistema Nacional do esporte e lazer.

**Esporte e Conhecimento:** promoção de incentivo à pesquisa no intuito do desenvolvimento da Educação Física no país.

Observamos que os princípios e objetivos do Sistema Nacional de Esporte propõem realizar mudanças significativas no cenário esportivo brasileiro, contudo segundo Castelan (2010), pouco se alterou na estrutura piramidal e excludente do esporte; a gestão atual mistura arrecadação pública e privada em ações nada transparentes e pouco democráticas.

#### 2.4.2 II Conferência Nacional do Esporte

A II Conferência Nacional tem como meta se aprofundar na construção do Sistema Nacional de Esporte e do Lazer, mas em sua estrutura e realização foi semelhante à primeira, com mesas redondas, eixos de trabalho e plenária final. A II CNE teve como principal objetivo o avanço na construção do SNEL e a consolidação da Política Nacional do Esporte.

O tema da II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, "*Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer*", teve os seguintes eixos temáticos: estrutura: organização, agentes e competências; recursos humanos e Formação; gestão e controle social; financiamento (FLAUSINO, 2013).

Foram distribuídos 5 textos para orientar debate, o texto 1 sobre a formação dos eixos do sistema nacional de esporte e lazer, o texto 2 sobre a fundamentação do sistema nacional de esporte e do lazer, o texto 3 sobre o relatório do I Fórum de Esporte e Lazer, o texto 4 sobre o Sistema Nacional de

Esporte e Lazer que ocorreram durante o Fórum e o último texto sobre a Política Nacional de Esporte.

## **EIXO 1 - ESTRUTURA: ORGANIZAÇÃO, AGENTES E COMPETÊNCIAS**

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre a união, os estados e municípios, com ênfase na municipalização, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer (BRASIL. 2007b).

O SNEL reconhece as 3 manifestações esportivas, sendo o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de alto rendimento, todas elas coexistindo em uma estrutura aberta, democrática e descentralizada que envolve todas as esferas governamentais, entre elas o município, os estados e a federação, no intuito da participação de todos (BRASIL. 2007b).

## **EIXO II - RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO**

Os recursos humanos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com caráter multiprofissional e multidisciplinar, constituem-se de todas as pessoas que atuam na pesquisa, no planejamento, organização, coordenação, fomento, incentivo, mobilização, dinamização, promoção, divulgação, implementação e animação das atividades físicas, esportivas e de lazer. Incluem as oferecidas pelos esportes de aventura no chamado turismo de aventura, respeitando-se as características específicas de cada área de atuação e as diferenças regionais, seja na cidade ou no campo (BRASIL. 2007b).

A formação dos recursos humanos do SNEL deve ter um caráter multidisciplinar e multiprofissional, no intuito de construir uma experiência esportiva mais completa sobre todas as manifestações esportivas, respeitando também as pessoas que possuam deficiência (BRASIL. 2007b).

## **EIXO 3: GESTÃO E CONTROLE SOCIAL**

O SNEEL tem como princípio uma gestão democrática, inclusiva e transparente tendo em vista o oferecimento do esporte de rendimento, mas também o esporte educacional, no intuito de formação plena do sujeito. Há uma ação conjunta e comprometida entre Municípios, Estados, e esfera Federal (BRASIL. 2007b).

#### **EIXO 4: FINANCIAMENTO**

A autonomia orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o desenvolvimento das Políticas de Esporte e Lazer deverá ser garantida através da criação de Emenda Constitucional que institua a vinculação e destinação de um percentual mínimo da receita tributária (conforme dispõe a Constituição Federal, no caso da Educação). A vinculação e destinação do percentual mínimo será de 1% e isonômicas nos três níveis de governo (Federal, Estadual, Distrital e Municipal). A Lei que instituí a vinculação e destinação do percentual mínimo da receita resultante de impostos deverá prever a aplicação imediata dos percentuais estabelecidos (BRASIL. 2007b).

O documento da II Conferência cita também os métodos de controle dos percentuais de distribuição e destinação de recursos provenientes de loterias e sorteios, oriundos das três esferas governamentais, a fim de garantir o atendimento das demandas de todas as formas de esporte e lazer (BRASIL, 2007b).

##### **2.4.3 III Conferencia Nacional de Esporte**

A III Conferência Nacional do Esporte teve como tema o “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, e foi realizada em Brasília em junho de 2010. Destacamos o fato de esta Conferência ter sido realizada 4 anos mais tarde, quebrando com a proposta aprovada na Conferência anterior de manter a realização das CNE a cada dois anos, mas a ruptura vai além da questão da periodicidade.

As duas primeiras Conferências tratavam do desenvolvimento humano, democratização das práticas de esporte e lazer, sendo este um direito social. Entretanto o debate na III CNE girou em torno de dois Megaeventos, sendo um a Copa do Mundo de 2014 e o outro os Jogos Olímpicos de 2016, eventos esses

que nem se quer entraram em pauta nas primeiras edições das Conferências (CASTELAN, 2010).

Esta III Conferência contou com a participação de 220.470 pessoas, somando as etapas municipais e estaduais, além de trazer mais uma vez o debate sobre o SNEL, que um foi um dos temas da I CNE e foco da segunda, retornando mais uma vez sem uma implantação concreta (FLAUSINO, 2013).

Segundo Flausino (2013), o ME produziu 5 materiais para a orientação do debate:

**A cartilha de orientações:** se refere à organização das etapas Municipais e Estaduais e também chama atenção para a necessidade do desenvolvimento de métodos de participação popular. Ela também explicita o Plano Decenal do Esporte, composto por 10 estratégias formadas por ações e metas que estruturam as políticas públicas de esporte e lazer. A ação é uma proposta que contém uma ideia ou força que contempla as iniciativas a serem realizadas; já as metas são aquilo que se espera alcançar qualitativamente e quantitativamente num prazo de 10 anos.

O **texto básico:** descreve os compromissos assumidos pelo Governo Federal, e a necessidade de se criar um Plano Decenal para transformar o país em uma potência esportiva.

**3 Cadernos:** O primeiro caderno se refere à I CNE e traz uma síntese do documento final, já o segundo caderno se refere à II CNE e fala sobre o SNEL, já o terceiro cita a intervenção do Estado em relação ao esporte e faz referência à preparação para grandes eventos esportivos.

Através do Ministério do Esporte foram discutidas na III CNE as 10 linhas, dentre estas linhas, focaremos nas ações, pois as metas constituem-se naquilo que se espera alcançar no prazo de 10 anos:

**Linha 1: Sistema Nacional de Esporte e Lazer,** este contém 6 ações, elas abordam a consolidação de órgãos gestores em todas as esferas governamentais, qualificação de métodos de participação popular, proposição de leis que criem o novo SNEL, a garantia da continuidade de programas que tiveram êxito implementados pelas secretarias municipais e estaduais, integração do setor privado com o Sistema Nacional de Esporte, desenvolvimento de convênios, inclusão e desburocratização.

**Linha 2: Formação e valorização profissional,** são 8 ações, envolvendo a criação da Política Nacional de Formação Permanente e Continuada de Esporte e Lazer, Implementação de formação continuada e permanente e valorização profissional, profissionalização da gestão esportiva de lazer em governança e técnicas, qualificação de profissionais de Educação Física, promover a intersetorialidade entre os ministérios da educação, saúde e esporte no intuito de formar um desenvolvimento pleno, investir na formação continuada para atendimento a pessoas idosas, com deficiência e vulnerabilidade social, criação de campanhas de valorização ao profissional de Educação Física, Estimulo ao marketing esportivo.

**Linha 3: Esporte, Lazer e Educação,** também 8 ações, desenvolvimento da monitoria de programas sociais, desenvolvimento da intersetorialidade entre programas do governo federal, desenvolvimento do esporte, para desporto esporte surdo, comunitário e universitário, desenvolvimento de festivais escolares, jogos e competições escolares e comunitárias, estímulo a qualificação dos programas federais, inclusão social, acessibilidade por meio do esporte, instituições de canais entre os Ministérios do Esporte e Educação para o desenvolvimento da Educação Física no ensino básico, implementação de Programas Federais de esporte surdo, para desporto e lazer.

**Linha 4: Esporte, Saúde e qualidade vida,** nesta linha são 10 ações: promoção de programas que visem à saúde coletiva respeitando as normas de acessibilidade, construção e ampliação de praças e espaços públicos que possibilitem a atividade física, incentivar o nível de atividade física, ainda incentivar o nível de atividade física porém como meta de promover a saúde publica, ampliação de programas com conceito de saúde ampliada em todas as esferas governamentais, também nesta linha se refere a ampliação dos programas intersetoriais do governo federal, realização de eventos esportivos nas zonas rurais, promoção nacional de saúde através de profissionais da saúde.

**Linha 5: Ciência, tecnologia e inovação,** são 9 ações nesta linha e se referem à criação e promoção do conhecimento e gestão do conhecimento e da informação de esporte e lazer, ampliação e fomento a pesquisas, avaliação continuada das políticas publicas de esporte e lazer, construção e fomento de

laboratórios de pesquisas e inovações tecnológicas no esporte, apoio a pesquisas e inovações nacionais.

**Linha 6: Esporte de rendimento**, são 10 ações que se referem a projetar o Brasil como potencia esportiva, criação do plano do alto rendimento, ampliação das funções da Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento, implantação da política de controle de dopagem, formação de atleta para o alto rendimento, potencializar os esporte radicais, desenvolvimento de programas multidisciplinar para o atleta de alto rendimento, promover eventos esportivos, desenvolvimento de esporte de rendimento em vários níveis escolares, e a última ação se refere à criação de um política de integração desde a escola até centros de excelência no intuito de formar técnicos com graduação em Educação Física.

**Linha 7: Futebol**, aqui também são 8 ações: consolidação do deveres e direitos dos torcedores, qualificação do futebol profissional, valorização do futebol feminino, qualificação do futebol de base e do futebol amador, desenvolvimento do futebol adaptado, ampliação da infra-estrutura, ampliação do futebol educacional e do futebol como meio de participação social, preservação da memória do futebol.

**Linha 8: Financiamento do esporte**, são nove ações: criação/ampliação do orçamento próprio para o Esporte e Lazer, Consolidação da lei de incentivo ao esporte<sup>7</sup>, redistribuição de recursos oriundos das loterias, criação de novas formas de financiamento esportivo, criação do fundo nacional para Esporte e Lazer, ampliar de forma continuada o Programa Bolsa Atleta, democratização das verbas federais.

**Linha 9: Infraestrutura Esportiva**, são nove ações: construção/reforma da estrutura esportiva/para desportiva de todas instituições de ensino em todos os níveis, implantar política de ocupação de equipamentos esportivos/para desportivos respeitando as normas de acessibilidade, mapeamento da infraestrutura nacional, criar política de manutenção de equipamentos, investimento no potencial dos recursos naturais para o desenvolvimento de esportes de aventura, atenção a infraestrutura do campo e comunidades

---

<sup>7</sup> A lei prevê que 2% da arrecadação bruta das loterias federais em operação no país, descontadas as premiações, sejam destinadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), na seguinte proporção: 85% para o COB e os 15% restantes para o CPB. E do total arrecadado por essas instituições, 10% ao desporto escolar e 5% ao desporto universitário.



indígenas.

**Linha 10: Esporte e Economia**, nesta linha são quadro ações: geração de trabalhos diretos e indiretos com os Ministérios do Turismo, Trabalho, Educação e outros, estímulo à cadeia produtiva do esporte, conhecimento sobre a cadeia produtiva no Brasil, incentivo ao empreendedorismo no setor esportivo.

Percebemos que as duas primeiras Conferências tem o intuito de democratizar a prática esportiva, mas a terceira Conferência aborda o esporte de rendimento e os Megaeventos que o país sediaria. Mesmo imprimindo mudanças na forma de se pensar e formular a política de esportes no Brasil, com a mobilização das esferas municipal, estadual e federal, com a participação popular na discussão de um plano de longo prazo, o direcionamento do debate para a organização dos Megaeventos Esportivos foi o que mais chamou a atenção, pois a III CND deixou claro que os interesses de acumulação do capital são o principal definidor no que se refere às Políticas Públicas de Esporte no Brasil. Mesmo sendo nobre o discurso inicial das conferencias, o que prevaleceu foi exploração do potencial econômico do esporte (FLAUSINO, 2013).

O documento "Por um time chamado Brasil"<sup>8</sup>, produzido durante a III CNE, reconhece a importância das Conferências anteriores, com destaque para a I Conferência que iniciou o debate sobre a Política Nacional de Esporte, tendo como foco o desenvolvimento humano. Já a II Conferência foi reverenciada porque produziu a estrutura para o novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer e teve como conquista a Lei de Incentivo ao Esporte (BRASIL, 2010).

Em relação à III Conferência, o documento ressalta que o país passa por um momento muito especial, pelo fato de sediar dois grandes eventos mundiais do esporte (A Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos), em que suas ações serão uma janela para o mundo.

O momento abre novas oportunidades para o esporte brasileiro. E isso só é viável porque o Brasil passa por um momento raro de distribuição de renda e combate à pobreza; trilha um caminho de crescimento e de estabilidade econômica, de confiança para investimentos, de ampla democracia e incontestável reconhecimento da comunidade internacional (BRASIL, 2010h).

---

<sup>8</sup>Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/cartaBrasilia.pdf>>  
Acesso em:15/06/2015.

Aprovamos o Plano Decenal de Esporte e Lazer “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” que ratifica a necessidade de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer lastreado em recursos que tornem sustentável um projeto de longo prazo (BRASIL, 2010h).

Assim, verifica-se que a formulação de Políticas Públicas de Esporte deixa de ser uma construção advinda de demandas populares para atender a interesses externos à realidade brasileira no que se refere ao acesso ao esporte e lazer. Percebemos através da III CNE o quanto os Megaeventos alteram a formulação de políticas públicas de esporte e conseqüentemente o desenvolvimento de programas esportivos voltados à escola, como o Atleta na Escola.

### **3 Educação Física Escolar, Políticas Públicas de Esportes e Megaeventos**

As Políticas Públicas de Esporte surgem de necessidades históricas e também de interesses antagônicos e perspectivas diferentes de compreensão da sociedade, da educação, da escola, de modo que o esporte nas aulas de Educação Física também é objeto de disputa e confronto de visões de mundo diferentes.

Para Bracht (1996), a Educação Física na escola sofreu influência de duas instituições, a militar e a esportiva, porém, ainda que a escola tenha uma interdependência dessas instituições, ela tem uma autonomia, possui certo grau de liberdade, sendo um sistema capaz de se relacionar com o meio externo (esporte) e tratá-lo a partir de seus critérios. O desenvolvimento do esporte de cunho educacional é responsabilidade da escola, no entanto, como sistemas que se interconectam, quando um sistema sofre influência de outro sistema de maior alcance, acaba por ser cooptado, como pelo sistema econômico.

Com a realização dos megaeventos no ano de 2014 e 2016 e também a realização da III CND, observamos uma movimentação governamental por desenvolver políticas públicas de esporte e lazer com a intenção de exploração do potencial econômico do esporte, o que se faz sentir na escola, uma vez que a Educação Física recebe uma importância fundamental neste período.

A entrada do Ministério do Esporte na escola, por meio de programas como “Esporte na Escola”, “Segundo Tempo” e “Atleta na Escola”, tem causado polêmicas e controvérsias quanto ao papel social da escola e da Educação Física no currículo escolar.

Dentro dessas polêmicas, emergem questões como: que caráter o esporte escolar deve assumir? Como conhecimento produzido historicamente pela humanidade, na perspectiva de um esporte educacional, baseado no companheirismo, no lúdico, elevando valores como sociabilidade e participação ou como aptidão física, baseado no rendimento, com características de seletividade, aprimoramento físico e vitória a qualquer custo?

Segundo Santos (2011), com a criação do Ministério do Esporte (ME) através da medida provisória 103 de 01/01/2003, durante o primeiro ano de gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, uma das primeiras medidas

relativas ao esporte educacional foi dar continuidade à política do governo FHC sobre o atendimento a crianças em vulnerabilidade social, ou seja, o novo governo deu continuidade a programas já existentes e também elaborou alguns novos programas.

O Programa Segundo Tempo (PST), criado em 2003 tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social<sup>9</sup>. Ele deriva de programas como o “Esporte Solidário” (criado em 1996) e o “Esporte na Escola” (criado em 2001), sendo que o primeiro programa visava a garantir o acesso à prática esportiva em comunidades carentes e o segundo tinha como objetivo proporcionar a prática esportiva nas escolas públicas (SANTOS, 2011).

O PST, ainda em vigor, foi criado em 2003 e surge no intuito de combater a exclusão social, prioridade no governo Lula. Ele é, na verdade, uma mescla dos dois programas anteriores e tem como meta atender crianças matriculadas no ensino público, durante o contraturno escolar, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou risco social. Sobre o PST, Santos (2011) o associa aos princípios da Política Nacional de Esporte (PNE) formulada a partir da I CND que são: universalização, democratização de gestão e da participação social, desenvolvimento humano e social através do esporte.

Observamos que a democratização do acesso ao esporte também é um dos objetivos do Programa Atleta na Escola, todavia entendemos a democratização como algo que a Educação Física já tenha como função.

Como citamos acima, as Conferências têm uma influência direta na formulação de políticas públicas, e mesmo a PNE tendo princípios de universalização e democratização, com a chegada dos megaeventos e com a realização da III CND, o foco se torna o alto rendimento e exploração do potencial econômico do esporte.

As políticas públicas, ao tratarem do esporte educacional, deveriam considerar que em termos sociológicos estamos nos

---

<sup>9</sup> <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>

referindo a instituições com universos simbólicos muito distintos. Portanto, há necessidade de distinguir claramente estes dois fenômenos ou sistemas: o esportivo, por um lado, e o educacional, no qual se insere a Educação Física Escolar, por outro. O esporte é um subsistema social que se desenvolveu de forma relativamente autônoma quanto ao sistema educacional e, nesse sentido, em relação à própria Educação Física Escolar. Isso implica a noção de que é a partir da função social atribuída ao sistema educacional que essa disciplina vai “absorver/incorporar” o esporte como mais uma manifestação da cultura de movimento a ser tematizada na escola. Ao “absorver/incorporar” o esporte, a Educação Física Escolar precisaria “pedagogizar” essa prática social, ou seja, submetê-la aos códigos da instituição escolar. Trata-se, assim, de identificar os que orientam as ações internas desses sistemas e reconhecer afinidades e compatibilidades, mas também possíveis contradições ou incompatibilidades. Nas teorias sociológicas, é comum a noção de que as instituições, os campos ou os sistemas sociais autônomos operam com códigos, sentidos que orientam as ações internas desses sistemas e que lhes são próprios, portanto, caracterizam cada um deles. Esses códigos atuam como filtros e orientadores da comunicação desses sistemas com outros do seu entorno (BRACHT e ALMEIDA, 2013, p.5-6).

Observamos que há uma contradição sobre como deve ser o esporte escolar, este que deve ser tratado com um conhecimento a ser explorado, vivenciado, conhecido dentro das aulas de Educação Física, talvez pela formulação de políticas públicas de esporte que resultam de programas confusos ou mesmo por não levarem em consideração o debate sobre o campo crítico da área, mas também pela história das políticas públicas de esporte no Brasil. A questão é que, para compreendermos essa contradição, teremos que analisar as diferentes perspectivas do esporte tendo em vista sua presença na escola.

Assim, nos dias atuais, com o Programa Atleta na Escola, parece que estamos voltando nos anos de 1970, ou seja, o esporte se torna novamente o conteúdo exclusivo da Educação Física na escola, não deixando espaço para a outras abordagens e conteúdos. Além disso, programas como o PAE são facilmente absorvidos pela EF em virtude de uma tradição esportivista que se construiu ao longo de sua história e que continua presente ainda hoje.

### **3.1 O Esporte e suas Perspectivas Escolares**

A primeira perspectiva se baseia na aptidão física do homem, que colabora historicamente para manutenção da classe burguesa no poder, na medida em que

retroalimenta o sistema capitalista, formando indivíduos aptos, disciplinados, obedientes, capazes de competir e disputar por um lugar na sociedade. O objetivo da Educação Física que tem no esporte o seu conteúdo fundamental é desenvolver a aptidão física, onde os alunos são estimulados a desenvolver o máximo do rendimento de suas capacidades físicas (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Nessa perspectiva o esporte é escolhido porque possibilita o exercício de alto rendimento e as modalidades selecionadas serão as mais conhecidas, pelo apelo social, entre elas estão o voleibol, futebol, basquete. Trata-se, também, da perspectiva tradicional tecnicista da Educação Física, aquela que foi delineada nos anos de 1970, pelo Decreto 69-450/71:

Art. 5º Os padrões de referência para orientação das normas regimentais da adequação curricular dos estabelecimentos, bem como para o alcance efetivo dos objetivos da educação física, desportiva e recreativa, são situados em:

I - Quanto à sequência e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos.

II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.

III - Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.

IV - Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior (BRASIL. Decreto 69-450, cap. 1 de 1971).

A Educação Física, concebida como atividade física, deveria ser realizada no contraturno escolar, uma vez que a sua normatização, como a duração das aulas e frequência semanal, encontra seus fundamentos do treinamento esportivo. No artigo 6º do mesmo decreto, a isenção das aulas de Educação Física aos alunos que trabalham mais que 6 horas diárias nos remete a uma comparação com outras disciplinas: enquanto os outros componentes curriculares são tratados com campos do conhecimento, científico, a Educação Física era/é vista como uma atividade sem conexão com a cultura historicamente produzida.

Art. 6º Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino é facultativa a participação nas atividades físicas programadas:

- a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas;
- b) aos alunos maiores de trinta anos de idade;
- c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa;
- d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento (BRASIL. Decreto 69-450/71, cap. 2 de 1971).

A segunda perspectiva concebe o esporte como parte da cultura corporal e tem como finalidade promover uma reflexão crítica sobre o acervo de movimentos, gestos, práticas corporais, que se caracterizam pela expressão corporal como linguagem: dança, lutas, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica, exercícios ginásticos que foram produzidos pelo homem ao longo de sua história (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A história da corporalidade humana começa quando o homem primitivo deixa de ser quadrúpede e se torna bípede para atender necessidades de sobrevivência e reprodução. Esse fato revoluciona a sua relação com a natureza e com outros homens, demonstrando a capacidade humana de aprender, de desenvolver técnicas, de produzir cultura, de transformar a natureza para atender suas necessidades. Nesse processo edifica-se uma cultura corpórea, a qual deve ser transmitida aos alunos da escola. Os alunos têm que entender que o homem não nasceu saltando, correndo e pulando, tudo foi produzido em determinado momento histórico por uma necessidade ou condição, e foi sendo desenvolvido até os dias atuais (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Essas atividades não foram elaboradas de forma fragmentada, mas sim articuladas umas nas outras, e perceber a historicidade dos movimentos, dos gestos, das práticas corporais tem por finalidade demonstrar ao aluno que o conhecimento corpóreo é algo inesgotável e dinâmico, fruto da educação e da cultura. Por isso, na perspectiva da cultura corporal, a Educação Física escolar tem um compromisso com a afirmação dos interesses dos trabalhadores, que é a socialização do conhecimento produzido pela humanidade enquanto que desenvolve valores como solidariedade, companheirismo, cooperação, respeito, etc, confrontando-se, assim, com a primeira perspectiva (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Observamos que nesta perspectiva o esporte é tratado como um conhecimento a ser apreendido pelos alunos de forma crítica e sistematizada, de modo que os significados, os valores e as normas nele contidas sejam contextualizados social e historicamente. Essa perspectiva não desconsidera os conhecimentos técnicos ou táticos, no entanto vai além, mergulha mais profundo nos elementos do jogo, explicitando seus elementos internos e suas articulações macroeconômicas, sociais e políticas.

O campo escolar assim como o campo político são arenas de disputa hegemônica, onde essas perspectivas estão em luta para fazer valer um ou outro projeto. Contudo, observamos que a entrada do Programa Atleta na Escola no espaço escolar tem levado a Educação Física a regredir, em termos de concepção e perspectiva, aos anos de 1970, quando ela foi concebida como atividade física pelo Decreto 69-450/71. Todavia, considerando os interesses políticos e econômicos em jogo no atual contexto, é possível dizer que o esporte promovido na escola tem relação direta com o mercado do espetáculo esportivo e com a expansão capitalista em curso.

### **3.2 Os megaeventos esportivos**

A espetacularização esportiva inicia-se com o surgimento da televisão, em 1936<sup>10</sup>, porém somente em 1950 as transmissões esportivas entraram na grade de programação das emissoras de TV. Mas a questão aqui levantada é a importância da televisão como veículo de popularização do esporte, aliada ao desenvolvimento dos meios de comunicação como cinema e rádio. Essa união entre mídia e esporte se mostrou muito rentável, principalmente às emissoras e às empresas associadas (ALVES JUNIOR, 2008).

Hoje, já no século XXI, notamos que grande parte da programação televisiva é dedicada ao esporte, as emissoras abertas tem programas específicos e noticiários exclusivos de esporte, e nas TVs pagas esse fenômeno vai além, com canais exclusivos de esporte (ALVES JUNIOR, 2008, p.11).

Os Megaeventos seriam eventos de caráter internacional, que recebem um número de atletas na casa de milhares, com prolongada duração (cerca de 1

---

<sup>10</sup> Em seu estudo sobre a Mídia e o Esporte, Alves Junior (2008) explora a relação entre a expansão da televisão e o esporte como mercadoria.



mês), tendo um potencial de impacto em vários setores do país sede, além de sua enorme carga simbólica (TAVARES, 2011).

Segundo Horne e Manzenreiter (2006, apud TAVARES, 2011, p.17), os megaeventos podem ser melhor compreendidos como eventos culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, detendo um caráter dramático que tem uma grande apelo popular internacionalmente.

No ano de 2014 o país recebeu a sua segunda Copa do Mundo de Futebol e receberá também seus primeiros Jogos Olímpicos em 2016. Os megaeventos normalmente trazem consigo alguns pesares que não entram na conta durante a inscrição do país como sede, entre eles, a massificação da prática esportiva no intuito de celeiro esportivo e também a legitimação dos gastos do fundo público.

Em um contexto em que a realização de eventos esportivos passa a ser objeto de disputa entre países e que, no caso dos países “eleitos”, é um espelho, uma lente ou um simulacro para a exibição internacional, os subsídios fornecidos pela Política Externas e tornam extremamente úteis para aqueles interessados em decifrar parte dos interesses das ferramentas que os países podem se utilizar (ALMEIDA e WANDERLEY JUNIOR, 2014 p.21).

Para Tavares (2011), o momento atual se torna uma janela para o mundo dos negócios, no entanto, alerta para a dificuldade em se mensurar o benefício econômico de um megaevento esportivo. Por exemplo, ele pode trazer benefícios em relação ao turismo, no entanto, necessita ser muito bem articulado, pois há muita fragilidade nos dados e os benefícios são pouco palpáveis.

Porém é preciso estar ciente de que os megaeventos não trazem apenas capital externo para o país sede, trazem também consequências danosas às populações locais e que afetam muitas áreas, como alteração da legislação Municipal / Estadual sobre o consumo de álcool em estádios, o superfaturamento de obras, desapropriações forçadas, ações que interferem sobre o país-sede, desconsiderando sua cultura e as próprias normas internas.

A flexibilização da venda de álcool em estádios é uma exigência da Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA) - que foram prontamente atendidas pelo Estado brasileiro-, desconsiderando assim a implementação de leis do álcool e de prevenção de violência nos estádios de futebol (ROMERA, 2014, p.778).

Outra questão relativa ao debate sobre os megaeventos é o tal do “legado”. Pointer (2006, apud TAVARES, 2011, p.20) traz alguns autores que subdividem o legado em: **1) tangível**, ou seja, palpável concreto, como praças, quadras, avenidas, etc; **2) intangível**, ou seja, ligado a autoimagem, como as atitudes, valores, aspectos socioculturais de difícil mensuração. De qualquer forma, o que o autor quer frisar é a ideia de “impactos” ao invés de legado, já que o termo é mais comumente utilizado como “algo resultante” dos megaeventos e ligado ao tangível.

Quando pensamos em legado pensamos em algo positivo ou aquilo que ficaria após o megaevento, entretanto Preuss (2007, apud ROMERA, 2014, p. 781) trabalha com a ideia de impactos intangíveis, para determinar os aspectos negativos dos megaeventos. Uma situação que nos remete ao impacto intangível durante a Copa do Mundo de futebol de 2014, foi a alteração da lei de proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, sendo estas formuladas no intuito justamente de diminuir a violência associado ao consumo de álcool, esse seria um exemplo de impacto intangível, algo negativo (ROMERA, 2014).

Além de legados e impactos, os megaeventos trazem consigo a movimentação econômica gerada pelos acordos de interesses público-privados, algo já anunciado na III CND, tendo em vista a exploração do potencial econômico do esporte. E quando mencionamos o potencial econômico do esporte, voltamos aos interesses de grupos, corporações, organismos econômico-financeiros que agem com vistas a submeter o esporte às regras da expansão capitalista. Breilh; Matiello Junior e Capela (2010) comenta que o capitalismo constrói o espaço que necessita, e que, ao agir dessa forma, também produz os cenários esportivos para um duplo propósito: acumulação de riqueza e construção da hegemonia. Essas são consideradas como regras básicas para organização esportiva e dos megaeventos.

Ainda segundo Breilh; Matiello Junior e Capela (2010) o esporte é um meganegócio que integra o mercado global e envolve poderosas corporações capitalistas transnacionais. Nesse contexto, não é exagero afirmar que a base para aceleração do negócio esportivo global é, em grande extensão, resultado de ações fraudulentas e acordos, ou seja, quando a lei geral é fazer capital, não existem limites ou regras para fazê-lo.

Não podemos esquecer que os megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol Masculino, são, comercialmente, de grande interesse, e que o esporte, como um todo, só apresenta o sentido que tem hoje por causa de sua importância econômica e política como espetáculo de consumo (VAZ E BASSANI, 2013, p. 5).

A evolução do marketing esportivo transformou os Jogos Olímpicos em um megaevento empresarial, enormemente lucrativo e totalmente inserido na economia e na política internacional, algo bem distante da competição limpa de interesses políticos e comerciais, voltada ao engrandecimento da cultura atlética e educação do caráter, tal como preconizava a tradição do ideal olímpico (MASCARENHAS, 2012).

O esporte, quando é explorado dentro da lógica de mercado, pode fazer da escola, tão somente, um espaço de formação de consumidores. O esporte, como tudo que é regido pela lógica do mercado, se tornou um grande negócio. Por isso é tão importante pensarmos sobre o esporte de rendimento dentro do ambiente escolar. E sobre quais valores que buscamos difundir nas aulas de Educação Física para nos confrontarmos com essa perspectiva e irmos ao encontro de uma real democratização do esporte.

Com a realização de megaeventos no Brasil, além do setor ligado diretamente ao esporte, outra área que é bastante mobilizada e sofre grandes influências desses eventos é a Educação Física escolar. Nesse sentido, é preciso ter consciência de que Educação Física será um local de disputas de interesses.

### **3.3 Megaeventos e a Educação Física Escolar**

Os objetivos da Educação Física escolar (EF), ou são os mesmos objetivos da escola, ou a retomada da ideia de pirâmide esportiva e os perigos quanto à perda do projeto político-pedagógico da Educação Física para o esporte de rendimento, além de constituírem o cimento ideológico do bloco olímpico, ganham o contorno de política oficial (MASCARENHAS, 2012).

Ocorre que o esporte de rendimento detém a atenção governamental e a prioridade em termos de investimentos e políticas para o seu desenvolvimento, em virtude de seu retorno financeiro e também por seu potencial mercantil, sendo as outras manifestações esportivas deixadas de lado e tidas como menos importantes.

Em tempos de megaeventos é importante que a Educação Física seja capaz de problematizar os impactos positivos e negativos que estes eventos deixam e que esse aprendizado promova avanços quanto ao esporte escolar.

A Educação Física Escolar, é claro, não pode ignorar o fato da realização dos megaeventos e a grande mobilização popular que eles promovem, no entanto, seu engajamento no processo não pode ser de simples adesão entusiasmada e eufórica – é preciso pensar a partir da lógica dos megaeventos, assumindo a tarefa de preparar nossos alunos para eles. Predispor os discentes para esses megaeventos significa ampliar os seus conhecimentos sobre o fenômeno esportivo, e isso envolve tanto o aprendizado dos esportes no sentido de sua prática, suas regras, suas características e lógicas internas, como a compreensão do significado cultural, político e econômico do esporte de uma maneira geral e dos megaeventos em particular (BRACHT E ALMEIDA, 2013, p. 9).

Os autores acima nos mostram que cabe à Educação Física ir além, e quanto maior for a problematização que o professor alcançar nas suas aulas, maior a possibilidade de a Educação Física não se tornar refém dos megaeventos.

Bracht (2000) diz que a Educação Física escolar passa por um momento em que sua existência encontra-se ameaçada onde a sua participação dentro do projeto neoliberal tem duas opções: ou se enquadrara à lógica do capital, servindo como base para programas federais preocupados com o rendimento e a espetacularização, ou faz desta oportunidade um espaço crítico que vai contra a lógica do capital, assim buscando uma real democratização da cultura corporal historicamente produzida.

Quando escreveu essas palavras, Bracht (2000) não previa que, alguns anos à frente, o país seria sede de megaeventos e que a relação com a Educação Física iria transitar da condição de “ameaçada” para possível “centro de atenção”. No entanto, ela se torna “centro das atenções” frente à sua ligação com os megaeventos e aos interesses econômicos a eles atrelados.

Segundo Vaz e Bassani (2013), é importante desconstruir alguns velhos hábitos culturais e dar a real atenção que eventos como esse merecem:

[...] Não é rara a dispensa de atividades escolares – e não só delas em horários de jogos da seleção brasileira de futebol em Copas do Mundo. Isso poderia impulsionar também a escola em geral, e a disciplina de Educação Física em particular, a explorar

de forma mais intensa todas as possibilidades que esse e outros eventos esportivos apresentam para o trabalho pedagógico. Como parte do acervo cultural que nos diz respeito, eles devem ser compreendidos como fenômenos sociais complexos e importantes. A escola como um todo deve levá-los a sério, inclusive no sentido de uma relação interdisciplinar. Para tanto, é bom que tenha em conta os aspectos que compõem o esporte como uma realidade histórica, social, contraditória, por meio da qual o mundo contemporâneo, e especialmente durante a realização de semelhantes competições, também se expressa (VAZ e BASSANI, 2013, p.93).

Os autores também chamam atenção para um olhar crítico sobre as provas e treinamentos e questões como o dilaceramento do corpo em busca da vitória, enquanto a mídia chama atenção para o esforço e engrandece o sofrimento, enfatiza o resultado, relacionando-o com o bem estar e a qualidade de vida, enaltecendo a busca por recordes e a vitória a qualquer custo.

A EF pode ser o espaço crítico para debate de questões como a corrupção e organização dos principais órgãos responsáveis por realizar os eventos. A corrupção que envolve os Jogos Olímpicos atuais, os quais se tornaram altamente lucrativos, sendo objetivo de muitas empresas se vincularem à visibilidade dos jogos, podem ser conhecidos nas aulas de Educação Física.

As referidas investigações ainda mencionam quantias imensas de lucro com patrocinadores para seus eventos internacionais. Exemplos como esses mostram que, por trás de um belo jogo e da disseminação de valores do fair-play, há um negócio extremamente lucrativo formado por um círculo aristocrático de uma oligarquia que vive em condições de extremo luxo.

Em seguida, vamos refletir sobre os megaeventos e suas contradições dentro da escola e também a influencia sobre as aulas de EF.

### **3.4 Megaeventos Esportivos e a Educação Física na E.E.B Jurema Cavalazzi**

Já discutimos sobre como os megaeventos alteram o cenário do país sede, seus legados (tangíveis e intangíveis) e também seus impactos intangíveis. Na escola campo da pesquisa, além do Programa Atleta na Escola (PAE) que analisaremos no próximo capítulo, observamos a influência desses aspectos durante as aulas de EF.

Em entrevista concedida ao autor em junho de 2015, a professora de EF (PEF) da escola nos mostrou que busca desenvolver a EF segundo uma

abordagem crítica. Além disso, ela distingue claramente o esporte na escola e o esporte de alto rendimento, demonstrando assim perceber a influência que o esporte de alto rendimento tem sobre o ensino do conteúdo esporte dentro da EF.

Quando questionada sobre a influência dos megaeventos esportivos em suas aulas ela responde:

Olha na minha aula especificamente, não digo que tenha uma grande influencia, porque eu acredito que os megaeventos podem servir no caso na nossa aula, além de fazer uma propaganda maior desses esportes, né! Isso de alguma forma atrai os alunos, mas também para a gente aproveitar esses megaeventos para pontuar várias questões né! A diferença do megaevento para nossa realidade escolar, realmente porque se faz toda uma propaganda de eventos e às vezes a gente tem que pontuar isso com o aluno para que ele tenha consciência de que esses megaeventos não são para todos, eles são direcionados só para aquele que tem as qualidades, possibilidade de ter seu treinamento, nós não temos na educação física escolar, mas eles servem nesse sentido, porque muitos alunos nossos têm uma ilusão, as vezes de ser um jogador de futebol, as vezes até se iludem com isso, mas a gente como professor tem também que pontuar essas questões, mostrar que não é bem assim, que nem a escola, nem a Educação Física escolar têm esse papel (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.5).

A professora reconhece a influência dos megaeventos e demonstra preocupação com bombardeio de informações que os alunos recebem através da televisão. De acordo com Alves Junior (2008) a televisão é uma fonte inesgotável de formação e informação, entretanto é necessário cuidado com suas mensagens e imagens.

O esporte de rendimento, ele visa à performance, ele visa ao resultado e também ele acaba sendo um pouco excludente né! porque você vai trabalhar com os que têm melhores índices, a melhor performance [...](PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.7)

[...] O esporte escolar não. Na verdade o conteúdo esporte dentro da Educação Física escolar, a gente tem que dar outra visão dentro da cultura corporal que é um conteúdo que foi construído pelo homem na verdade [...] (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.7)

Durante a entrevista, ela explicita a importância em diferenciar o esporte espetáculo / de rendimento, do esporte nas aulas de EF. A professora tem consciência de que os megaeventos afetam a percepção dos alunos, entretanto,

chama atenção para o desenvolvimento de um trabalho durante os eventos, pois é um momento que proporciona questionamentos sobre as modalidades esportivas desconhecidas e curiosidades.

Na escola Jurema Cavallazzi, observamos que a professora tem uma visão crítica sobre a EF escolar, compreende a diferença entre o esporte educacional e esporte espetáculo, analisa e acompanha as discussões sobre os megaeventos, entretanto, outras escolas brasileiras não têm a mesma sorte.

É necessário que EF escolar seja um ambiente crítico e que os megaeventos sejam momentos de trabalho dentro das aulas de EF e não uma subserviência à eles. Para Alves Junior (2008) um ponto a ser abordado por professores é a questão da perda de espaço do esporte de caráter educativo e lúdico para o esporte como mercadoria.

É muito importante que não se aceite que o dinheiro público, principalmente de países empobrecidos, seja investido em megaeventos e principalmente que estes eventos influenciem o desenvolvimento do conteúdo esporte dentro das aulas de EF. Além disso, a formulação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer deve levar em conta as reais necessidades da população. Contudo, apesar do discurso a respeito do incentivo e de democratização do esporte por meio da escola, o PAE se desenvolve justamente na direção da promoção do alto rendimento esportivo a fim de fomentar recursos simbólicos e monetários para a máxima exploração do potencial econômico dos megaeventos esportivos realizado no Brasil e em todo o mundo.

#### **4 O PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA: impactos e desafios para a Educação Física Escolar**

A I CNE culminou com a necessidade de desenvolvimento de uma Política Nacional de Esporte (PNE). Quando nos referimos a essa política, sabemos que se trata de algo recente, pois ela foi elaborada somente no ano de 2005 pelo Ministério do Esporte, a partir das deliberações aprovadas no documento final da I Conferência Nacional de Esporte, as quais configuram-se como mecanismos inéditos no âmbito da elaboração e definição de políticas públicas no cenário nacional, revolucionando a forma de fazer Política de Esporte no Brasil.

O Programa Atleta na Escola (PAE) surge no primeiro semestre de 2013, como proposta do governo federal. Na ocasião, o país passava por um momento de preparação, como país sede, para dois megaeventos esportivos: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que geram grande impacto na vida social e também na vida escolar.

As Políticas Públicas de Esporte, após a III Conferência Nacional no ano de 2010, apontam para uma exploração do potencial econômico do esporte espetáculo, e a partir deste momento se inicia uma série de formulações, entre elas, o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL), cujo objetivo era investir no país como uma das principais potências esportivas mundiais. Conjuntamente a essas metas, ocorre também o lançamento do Programa Atleta na Escola, que surge neste momento de preparação das condições para a realização dos Megaeventos Esportivos.

O PAE surge com o objetivo de incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos<sup>11</sup>.

[Está havendo] um maior investimento do Estado no esporte escolar, o que se traduz pela ampliação da infraestrutura – através da construção de quadras –, a ampliação do número de bolsas para atletas estudantis, o crescimento do PST Mais Educação – tanto no sentido da massificação da prática esportiva, da detecção de talentos e do manejo social do risco – e o incremento dos

---

<sup>11</sup> MEC. Atleta na Escola. Programa de formação de atleta escolar, 2014. Disponível em:<http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html> Acesso 10 de jun.2014.



JEBS. Se não no todo, avalio que boa parte destas promessas vá sim chegar ao chão da escola, ainda que de modo geograficamente desigual (MASCARENHAS, 2012, p.22).

A avaliação de Mascarenhas (2012) sobre aproximação entre Estado, Políticas de Esporte e Escola se concretiza com o lançamento do Programa Atleta na Escola no primeiro semestre de 2013. A realização desse programa envolveu três setores do Governo Federal, o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa, sendo essa inter-relação ministerial uma das ações propagadas pelas Conferências Nacionais de Esporte.

O PAE busca atingir jovens na faixa etária de 12 a 17 anos sendo que, durante o ano de 2014, ampliou e acrescentou novas modalidades e também o esporte paraolímpico. Entre essas modalidades, destacam-se:

**Olímpicas:** Judô, Voleibol e Atletismo. Na modalidade Atletismo acrescentou-se o Arremesso de Peso.

**Paraolímpicas:** Atletismo, Bocha, Futebol de Cinco (para deficientes visuais), Futebol de Sete (para pessoas com paralisia cerebral), Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas e Voleibol Sentado.

O Governo Federal estabelece parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios, escolas públicas, Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, no intuito de alcançar os objetivos expostos.

#### **4.1 O Funcionamento do PAE e sua Estrutura em 2014.**

O PAE funciona da seguinte forma: tudo se inicia na escola com a realização da Primeira Etapa do programa, que consiste na preparação dos adolescentes e jovens para a realização de provas, no espaço da própria escola, que selecionam os melhores índices em cada modalidade. Os estudantes selecionados são então encaminhados para a Segunda Etapa, esta financiada pela Secretaria Municipal de Esporte ou de Educação, que consiste na sua participação em torneios municipais e, dependendo dos seus resultados, os estudantes avançam para a Etapa Estadual/Regional, que é organizada e financiada pela Secretaria Estadual de Esporte ou de Educação, até chegar a

ultima etapa que é a Etapa Nacional, financiada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

**Como estruturas do PAE, são considerados 1) Os Jogos Escolares**, que são competições realizadas nas próprias escolas e compostas de várias etapas que visam a proporcionar uma grande participação de “atletas escolares”, agora com apoio do Governo Federal; 2) Os **Centros de Iniciação Esportiva (CIE)**, que é um equipamento multiuso para a prática de esportes voltados à iniciação esportiva e ao esporte de alto rendimento, que pretende estimular a formação de atletas em áreas de vulnerabilidade social. É neste equipamento que ocorre o acolhimento dos talentos esportivos identificados nos Jogos Escolares. Os CIES são obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) e tem como meta a sua construção em todo o país, inclusive, pode-se acompanhar o andamento das obras<sup>12</sup> pela web, entretanto ainda não há nenhum inaugurado; em Santa Catarina, na cidade de Joinville, o CIE está em fase preparatória.

O governo federal tem três opções de projetos de construção que podem ser acessados pela internet: o projeto é padronizado com objetivo de acelerar o processo e leva em conta às características regionais como condições eólicas e terreno<sup>13</sup>.

A ação dos Jogos Escolares do Programa Atleta na Escola tem financiamento para as Etapas Escolar, Regional e Estadual. A intenção é apoiar o desenvolvimento prioritário das modalidades do programa e proporcionar um apoio inédito à realização da Etapa Escolar e um apoio supletivo às competições escolares que já acontecem nos Estados e que são seletivas da Etapa Nacional (Jogos Escolares da Juventude e Paraolimpíadas Escolares).

A percepção do Governo Federal é a de que, apesar das competições escolares já existirem a muitos anos, a Etapa Escolar nunca fez parte do processo de classificação para a Etapa Nacional dos Jogos Escolares e este fato afastou a participação de um grande número de interessados<sup>14</sup>.

No “Manual de Orientações”<sup>15</sup> do PAE, podemos encontrar informações

---

<sup>12</sup> <http://www.pac.gov.br/comunidade-cidada/centro-de-iniciacao-ao-esporte-cie/sc>

<sup>13</sup> <http://www.esporte.gov.br/arquivos/cie/cadernoOrientacoesTecnicoOperacionaisV3.pdf>

<sup>14</sup> MEC. Atleta na Escola. Programa de formação de Atleta escolar, 2014. Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html> Acesso 10 de jun. 2014.

<sup>15</sup> <http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/FNDE/ATLETA%20NA%20ESCOLA/MANUAL%20DE%20ORIENTA%C3%87%C3%83O%20ATLETA%20NA%20ESCOLA.pdf>

sobre como acontece o repasse de verbas à escola, o prazo para desembolso dos recursos e indicações referentes ao dinheiro a ser investindo. Os recursos se destinam às escolas públicas municipais, estaduais e distritais que tenham pelo menos 10 alunos matriculados na faixa etária de 12 a 17 anos, cursando o ensino fundamental ou médio, de acordo com informações do censo escolar do ano anterior.

Para que a escola receba os recursos, é necessário que ela tenha uma unidade executora, dessa forma, a escola recebe pelo Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE).

A unidade executora é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, que tem como objetivo gerir a verba transferida. Em geral, as formas mais comuns de unidade executora são os caixas escolares, os círculos de pais e mestres ou as associações de pais e professores (MEC, 2009)<sup>16</sup>.

Além da unidade executora é necessário também que a instituição se inscreva através do site<sup>17</sup>, e o cálculo para o repasse acontece da seguinte forma: um valor fixo de R\$ 1.000,00 (mil reais) multiplicado por um valor per capita de R\$ 3,00 reais referente aos alunos na faixa etária condizente com a participação no programa.

Outra questão importante neste documento é a sugestão de como devem ser aplicados os recursos, desde a compra de materiais como apitos, cones, cornetas, cal-virgem, areia, fita zebra etc., até a contratação de terceiros para coordenar as atividades ou cuidar dos atletas quando a competição for fora da escola, além da compra de alimentos ou mesmo da impressão de certificados de participação.

A execução dos recursos deve ocorrer até 31 de dezembro do ano de recebimento do crédito; caso não aconteça dessa forma, a unidade executora deverá reprogramar o uso da verba para o ano seguinte, desde que o recurso seja utilizado de acordo com o objetivo proposto.

#### **Balanco 2013 a 2014.**

No balanço apresentado pelo diretor de alto rendimento do ME, André Arantes, obtivemos informações importantes sobre a adesão das escolas por

---

<sup>16</sup> [http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=214&id=13118:escola-deve-criar-unidade-executora-para-receber-recursos&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=214&id=13118:escola-deve-criar-unidade-executora-para-receber-recursos&option=com_content&view=article)

<sup>17</sup> <http://simec.mec.gov.br>

região e o valor investido pelo Ministério da Educação no PAE, que foi de 70 milhões de reais em 2014.

Em 2013, foram 22 mil escolas e 4.557 cidades que aderiram ao PAE; já em 2014, o número de escolas dobrou para 44 mil e o número de cidades envolvidas com o Programa passou para 4.790. O PAE contou com a participação de 4,1 milhões de alunos, e os estados com mais escolas participantes foram Bahia e Pará. A adesão dos municípios do nordeste, norte e centro-oeste ficou entre 96,6% e 93,3%; já nos estados do sul e sudeste tiveram uma adesão de 71,8 a 83,7%<sup>18</sup>.

#### **4.2 A experiência do PAE na E.E.B. Jurema Cavallazzi.**

A análise da implementação e funcionamento do PAE foi realizada a partir da experiência da Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi, em Florianópolis-SC. Nosso objetivo foi identificar os limites, contradições e possibilidades do PAE, considerando sua relação com a escola e, especialmente com a Educação Física escolar. Para tanto, fizemos uso de observações registradas em diário de campo e realizamos uma entrevista com a Professora de Educação Física da Escola (PEF), sujeito da nossa pesquisa, que foi e é a pessoa diretamente responsável pela adesão desta escola ao PAE.

A escola Jurema Cavallazzi, fica no bairro José Mendes, pertencente ao maciço do Morro da Cruz, localizada na cidade de Florianópolis (SC) e que atende predominantemente, crianças e jovens oriundos das comunidades do seu entorno. É neste cenário dividido entre famílias que vivem em situação de extrema pobreza, habitando instalações simples e precárias na região superior do morro (Morro da Queimada) e outras vivendo em melhores condições de infraestrutura e habitação, na região do bairro José Mendes, que está inserida a escola.

Embora a professora (PEF), à época da adesão ao Programa, não tivesse nenhum aluno na faixa etária condizente com a proposta do PAE, ela participou ativamente das decisões e acompanhou todas as etapas, além de ser a responsável pela aplicação dos recursos oriundos do programa. De acordo com seu depoimento, ainda que o programa possibilite o amplo envolvimento da

---

<sup>18</sup> <http://www.esporte.gov.br/arquivos/cie/palestraAndreArantesPapeldiferentes.pdf>.

escola e dos estudantes, tudo acaba reduzido aos recursos que chegam à escola.

Foi em 2013, e eu não trabalhava com os alunos da faixa etária que o PAE contemplava, eu trabalhava com os menores. Mas tinha alguns alunos nessa idade, então quem coordenou as atividades foi o Professor X (professor de Educação Física aposentado). Só que eu lembro que a diretora Y tinha assumido naquele ano mais ou menos, e ela falou que tinha chegado um programa que viria dinheiro pra escola <sup>19</sup> (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.4).

Observamos que adesão ao PAE teve como principal motivação a questão da verba que, segundo a PEF, "sim, eu me lembro de ter conversado com o professor X e ele disse: *se vem dinheiro pra escola vamos aproveitar*, mas o que eu lembro assim que não tive muito acesso a documentação". Além disso, segundo a professora, considerando o método adotado e a modalidade Atletismo, que foi escolhida pelo professor X, a ideia inicial era fazer um festival, mas o que aconteceu de fato foi a tomada de tempo dos estudantes na frente da escola, nas provas de 75mts e 100mts.

Na escola Jurema Cavallazzi, havia 2 professores de Educação Física, sendo um deles o professor x e a PEF, que foi por nós entrevistada. O professor x trabalhava na época com as turmas que o PAE abrangia, por isso, participou da decisão e desenvolveu o programa.

No entanto, estando este em final de carreira, ele adotou e promoveu o PAE da mesma forma como vinha tratando suas aulas de EF, de forma instrumental, minimalista, sem intencionalidade pedagógica, apenas para garantir o recurso. Desde o ano passado, o professor x se encontra em processo de aposentadoria e, por essa razão, não pudemos contar com o seu depoimento para a realização desta pesquisa.

Já a PEF, quando questionada sobre a importância do PAE na instituição, ela indicou a questão da verba, salientando, porém, que essa verba vinha, como ela mesma nomeou, "rubricada", ou seja, destinada a ser empregada para um determinado fim previamente estabelecido pelo programa. Ela comentou também que naquele ano o recurso não foi usado, pois a unidade executora teve problemas com o repasse do dinheiro na contratação de terceiros para a construção de uma caixa de areia, na área externa da escola, para a prática do

---

<sup>19</sup> Em entrevista conferida ao autor.

salto em distância, uma das modalidades de salto do Atletismo. Em virtude desta e de outras dificuldades relativas ao manejo dos recursos, à morosidade das licitações e os entraves burocráticos, a professora disse que o Atletismo não foi efetivamente desenvolvido naquele ano.

O atletismo ele não foi desenvolvido efetivamente, trabalhado com alunos, entende? Foram feitas aquelas tomadas de tempo. Como eu não acompanhei - isso foi com o professor x -, falo só pelo que eu vi, e não vi efetivamente nas aulas, mas pode ser que ele tenha feito (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.4).

Quando não se aborda o esporte de forma educacional ou pedagógica dentro do ambiente escolar, os alunos não compreendem o que está acontecendo, porque estão sendo chamados a participar de provas de atletismo e nem mesmo porque estão competindo. Exemplo disto que estamos afirmando se expressou na participação dos alunos na Etapa Regional. Após selecionados os 35 melhores tempos, somente 1 aluno apareceu no dia da competição.

[...] nós tínhamos 35 alunos, da escola toda, que tinham tomado tempo, que o professor X tinha conversado e eles tinham dito que participariam da etapa essa, desse evento, que aconteceu na USFC, que seria um evento regional e que depois poderiam passar para a etapa estadual né! Só que no dia, até eu participei do evento, porque tinha que ter mais de um professor para esse número de alunos, apesar de não estar envolvida, de não serem meus alunos, mas eu participei junto com o professor x; só que no dia que a gente foi para o evento, apareceu só um aluno! (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.4).

Quando indagada sobre os aspectos positivos do programa, a professora destaca o fato de poder trabalhar com modalidades variadas e não só o futebol. Já sobre os aspectos negativos, ela menciona o fato da verba estar atrelada a determinados gastos previstos pelo programa, enquanto que, segundo a PEF, poderia haver maior flexibilidade em relação à aplicação dos recursos e também quanto ao trabalho específico do esporte, ou seja, que a ele fosse dado um trato pedagógico, educativo, além da restrita preparação para as etapas. A PEF também chamou a atenção para a necessidade de uma decisão mais colegiada a respeito da aplicação dos recursos que chegam para o programa.

É por que na verdade o ideal é que esse tipo de programa não viesse fechado né! Que existisse realmente uma verba destinada para que a escola junto a sua comunidade discutisse junto com os

alunos e decidisse o que a escola precisa! (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.7).

Outro ponto abordado durante a entrevista foi que o PAE pode prejudicar o planejamento, deixando o professor limitado à preparação dos alunos para as etapas do programa, impedito o desenvolvimento de outros elementos da cultura corporal, que não, o esporte. Cabe lembrar que a etapa escolar aconteceu durante as aulas de Educação Física na escola E.E.B Jurema Cavallazzi, tanto a preparação dos estudantes em relação ao aprendizado e domínio das habilidades esportivas relativas às modalidades do programa (já que a PEF escolheu uma turma, o 5º ano do ensino fundamental, para desenvolver o conteúdo Atletismo no ano de 2014), como também a realização das provas de velocidade - as corridas de 75 e 100 metros.

Dessa forma, o aprimoramento físico e técnico do esporte se torna a principal meta das aulas de Educação Física e, neste formato, não tem cunho educacional nenhum; o que de fato acontece é a preparação dos *atletas escolares* para as competições do programa, segundo a referência do esporte de rendimento, porém no espaço escolar.

Bom, um pouco é engessar o planejamento do professor que, no momento que tem que trabalhar aquele conteúdo, vai um pouco contrário à sua proposta pedagógica, no caso, a que eu acredito. Eu acho que o planejamento, o plano de ensino que a gente quer desenvolver durante o ano tem que levar em conta muito mais coisas, o que aluno sabe? O que ele precisa saber? Quem é esse aluno? O programa, no ano seguinte, ampliou um pouco, ele incluiu outras modalidades e tal; mas é sempre direcionado ao esporte, então ele engessa esse planejamento do professor, mas infelizmente a gente consegue as verbas (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.7).

A PEF cita a contradição entre o engessamento do professor frente à finalidade do programa e a necessidade da verba para a Educação Física escolar. Se por um lado o professor se torna um mero instrutor do esporte de rendimento dentro da escola, por outro, recebe alguns recursos que podem melhorar as instalações físicas das escolas que, como sabemos, estão sucateadas.

A PEF demonstrou ter clareza da diferença entre o esporte educacional e o esporte de rendimento e também sobre os perigos do esporte de rendimento quando é reproduzido no ambiente escolar.

O esporte de rendimento visa à performance, ele visa ao resultado e também ele acaba sendo um pouco excludente. Porque você vai trabalhar com os que têm melhores índices, a melhor performance e o esporte escolar, na verdade, não. O conteúdo do esporte dentro da Educação Física escolar, a gente tem que dar outra visão dentro da cultura corporal como um dos conteúdos que foram construídos pelo homem, na verdade! Mas que o aluno entenda que existe o esporte com uma visão de rendimento, que ele tem regras que são universais, que quem pratica o atletismo aqui vai praticar lá num outro país da mesma forma, mas que na escola ele tem que ser transmitido como um conhecimento e não visando melhores resultados (PEF, entrevista concedida em junho de 2015 p.7).

Segundo Bracht (2000), a Educação Física, ao ter como referência o esporte de rendimento como objeto de ensino ou mesmo abrindo o espaço escolar para o desenvolvimento desta forma de realizar o esporte, acaba por fomentar um tipo de educação que colabora para que os indivíduos incorporem valores, normas de comportamento conforme, e não questionadores, do sistema social.

Temos claro que o esporte de rendimento não acontece *na* escola, pois a mesma não tem estrutura para tal, entretanto, não negamos a sua influência sobre as aulas de Educação Física. O problema é que junto com a lógica do esporte de alto rendimento, são absorvidos também as normas, regras, princípios e valores da sociedade capitalista.

E isto porque o esporte de rendimento traz em sua lógica interna os mesmos elementos que estruturam também as relações sociais de nossa sociedade capitalista: forte orientação no rendimento e na competição, seletividade via concorrência, igualdade formal perante as leis e regras que estabelecem, supostamente, as mesmas condições participação a todos (BRACHT, 2000).

### **4.3 A origem e Finalidade do PAE na Escola**

Analisando a origem do PAE, percebemos que a sua construção tem origem na III CNE, ainda que carregue consigo a herança das primeiras Conferências, por exemplo, a legislação em que se sustenta.

A I CNE resulta na construção da PNE, que se refere ao esporte como direito social e busca elaborar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. O SNEL,



por sua vez, chega à III CNE sem consolidação e acaba por se tornar secundário.

Por isso, tudo leva a crer que o Programa Atleta na Escola tem relação direta com as prioridades da III CNE, com os megaeventos esportivos, com o fomento ao potencial econômico do esporte e, conseqüentemente com a formação de jovens talentos, segundo a perspectiva do esporte de alto rendimento. Além disso, segundo Mascarenhas (2012), com a realização da III Conferencia Nacional de Esporte, evidencia-se que o esporte de alto rendimento torna-se o elemento central da Política Nacional de Esporte, que tem como alvo os megaeventos esportivos.

É na III Conferência que se cria o Plano Decenal do Esporte e Lazer (PDEL), composto por dez metas a serem perseguidas durante dez anos, cuja finalidade é colocar o país entre os dez países mais avançados em relação ao esporte, são elas:

- 1) Promover a inclusão social e o desenvolvimento humano por meio de programas sócio esportivos;
- 2) institucionalizar o esporte educacional;
- 3) atingir resultados inéditos nas competições e assim projetar o Brasil no ranking do alto rendimento;
- 4) incrementar nossa infraestrutura esportiva;
- 5) modernizar e valorizar o futebol como identidade cultural do Brasil;
- 6) ampliar o leque de modalidades para diversificar a prática esportiva no país;
- 7) qualificar a gestão do esporte e do lazer;
- 8) aproveitar o potencial econômico-social dos grandes eventos, porque eles contribuem com o projeto de desenvolvimento nacional gerando milhões de empregos, aumentando a renda do trabalhador e propiciando o renascimento de áreas urbanas, a melhoria da qualidade de vida, a oferta de perspectivas à juventude e o fortalecimento do respeito do mundo por nossa pátria;
- 9) valorização do trabalhador da área, especialmente o profissional de educação física, garantindo postos de trabalho;
- 10) estabelecendo a criação de políticas de formação continuada e permanente, de desenvolvimento científico e tecnológico e de acompanhamento e avaliação dos programas, resultando na profissionalização cada vez maior da política esportiva no país<sup>20</sup> (Brasil, 2010h p.2).

As metas do PDEL confirmam que as políticas públicas de esporte mudam seu enfoque. Se inicialmente se tinha no horizonte desenvolver o esporte como direito social, agora o enfoque passou a ser explorar o potencial econômico do esporte. O PAE e a Educação Física começam a se aproximar, portanto, do PDEL.

Em relação à institucionalização do esporte escolar, observamos que a III

---

<sup>20</sup> <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/cartaBrasilia.pdf>

CNE deu ênfase sobre o potencial econômico do esporte, de modo que o PDEL estabeleceu como meta tornar o país uma potência esportiva. Diante dessa constatação de que o desenvolvimento do país como potência esportiva se dá por meio da realização de megaeventos esportivo, de programas de inserção do esporte de alto rendimento nas escolas e da formação de *atletas escolares*, perguntamos: como fica a função específica da escola? Se os programas de esporte escolar, como o PAE, são realizados pelos professores de Educação Física, na maioria das vezes, durante suas aulas, como fica o seu plano de ensino, seu compromisso com o trato pedagógico do esporte de modo sistemático e crítico, enquanto conhecimento a ser socializado pela educação física escolar? Como se dá essa institucionalização do esporte escolar, reduzindo o conteúdo da Educação Física ao treinamento esportivo? Não estaríamos, assim, retrocedendo ao velho modelo tradicional da Educação Física como responsável pela promoção da aptidão física por meio do esporte?

Parece que é essa justamente a intenção, a exemplo do que se constata com a leitura das Metas 3 e 8. Mas vale destacar também as Metas 9 e 10 que se referem à valorização do profissional<sup>21</sup> de Educação Física, e à formação continuada como mecanismo de profissionalização da Política de Esporte no Brasil. De acordo com Mascarenhas (2012), na verdade, trata-se de uma pseudo valorização do professor, que não decorre da sua função em relação ao trato pedagógico conferido ao esporte dentro das aulas Educação Física escolar, mas sim do quanto a escola adere ao PAE. Sendo assim, o professor se torna uma mera ferramenta de execução, o que nos leva a questionar essa suposta valorização da escola e de seus docentes pelo programa e pela Política Nacional de Esporte.

Percebemos que o PAE não surge de uma necessidade da Educação Física escolar ou da comunidade (já que, além da própria Educação Física, a prática esportiva no âmbito escolar vem sendo incentivada de outras maneiras, a exemplo do Programa Esporte na Escola e Programa Segundo Tempo) e sim como resultado dos interesses políticos e econômicos ligados ao setor esportivo (federações, empresas, associações privadas, a grande mídia, etc.)

---

<sup>21</sup> Questionamentos aqui se o termo "profissional de Educação Física", ao invés de "professor de Educação Física", usado no PDEL, não expressaria a presença do sistema CONFEF na política nacional de esporte, defendendo a inserção de bacharéis dentro das escolas?

comprometido com o incremento econômico possibilitado por um tipo específico de esporte: o esporte espetáculo.

A exemplo disso, tem-se que um dos objetivos do programa é difundir valores olímpicos, mas quais são esses valores? Culto ao corpo? Vitória como engrandecimento do indivíduo e da nação? O que se tornaram os Jogos Olímpicos hoje? Não poderíamos tratar criticamente dos *valores olímpicos* como um dos conhecimentos acerca do esporte nas aulas de Educação Física sem, no entanto, ter como finalidade a formação de *atletas escolares*?

A despeito do fenômeno esportivo – incluindo os Jogos Olímpicos e seus valores – e todo o seu universo de modalidades, estilos, manifestações, regras, modelos de organização, celebração e práticas se constituírem, historicamente, em conteúdo clássico da Educação Física escolar, foi preciso criar um Programa que viesse a preencher uma lacuna importante do ponto de vista dos interesses econômicos ligados ao esporte espetáculo. Eis a função e o lugar que ocupa o PAE dentro das escolas hoje.

Por isso, estamos convencidos de que a difusão de *valores olímpicos* ligados ao desenvolvimento do esporte na escola, assim como a formação de *atletas escolares*, são objetivos relacionados diretamente à formação de consumidores do espetáculo esportivo e ao incremento dos megaeventos no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. Além disso, esse ideário construído em torno do “espírito esportivo” contribui para a formação de uma base ampla de jovens atletas amadores dentro da pirâmide esportiva subserviente ao esporte de rendimento, como também para formar consumidores do esporte espetáculo e de seus derivados.

O esporte espetáculo, regido pela lógica capitalista, cria a necessidade de consumo de artigos esportivos e submete a maioria dos praticantes de esportes aos padrões de rendimento exigidos pelo espetáculo esportivo, o que leva ao consumo de vestimentas adequadas, suplementos alimentares, vitaminas e até mesmo drogas, bem como a adoção de hábitos específicos quando à dieta, sono e mesmo padrões de relacionamento altamente alienantes e nem sempre saudáveis.

Um dos veículos mais importantes no sucesso da transformação dos *praticantes* de esporte de lazer em disciplinados *atletas escolares* ou *atletas de*

*fim de semana* é a mídia televisiva e impressa (os programas esportivos e as revistas de esporte e fitness), mas também colaboram neste processo a ciência e a tecnologia aliada ao esporte e à indústria farmacêutica.

Criando verdades sobre o assunto, apresentando os produtos a serem consumidos e mostrando os caminhos para a vitória rumo a excelência esportiva, o que esses aparatos fazem é tão somente criar a ilusão de que “ser atleta” é ser saudável, vitorioso, dedicado, destemido, admirado para, ao fim e ao cabo, ampliar o mercado de consumo, contribuindo para a expansão do capital.

Segundo Colombo (2014) o esporte hoje é uma importante estratégia de expansão capitalista na medida em que contribui para manutenção do sistema enquanto se coloca como politicamente neutro, como vetor de unidade e identidade nacional, ocultando assim a luta de classes. Exemplos de programas sociais envolvendo o esporte são explorados por partidos políticos, enquanto observamos sua presença marcante na agenda política atual e a centralidade dada ao esporte como elemento de combate e superação das desigualdades sociais.

A classe dominante se apropria do significado do esporte, dando-lhe o poder de salvacionista das mazelas sociais. Ouvimos constantemente os meios de comunicação exaltando a ascensão social que o esporte possibilita, assim como o faz em relação ao seu poder de enfrentar a criminalidade, a violência e o "mundo das drogas" (COLOMBO, 2014 p.66).

O esporte espetáculo requer a exploração das forças físicas e vitais dos indivíduos para o rendimento máximo no esporte, o que amplia o potencial do espetáculo. Para tanto, reproduz em seu interior a divisão social do trabalho em sua alta complexidade, o que se reflete na especialização de papéis.

O treinamento de um atleta equivale à preparação de uma mercadoria (que é sua própria força de trabalho) para consumida no dia do espetáculo. Os atletas são contratados no intuito de trazer títulos e patrocinadores, exatamente como um trabalhador é contratado para produzir uma mercadoria qualquer (COLOMBO, 2014).

Essa especialização de papéis e funções, na medida em que condiciona e valoriza os praticantes-atletas, que se destacam em uma prova ou função específica, a se aperfeiçoarem, cada vez mais, no desempenho exclusivo de seu

“talento”, acaba por conduzir à limitação de suas potencialidades humanas, além de causar doenças e problemas degenerativos aos atletas, já que o esforço repetitivo gera desgaste das estruturas físicas e psicológicas, levando ao esgotamento do corpo.

A ciência, como já citamos, colabora com esse quadro uma vez que ela se ocupa do aumento da produtividade deste atleta, incrementando sua capacidade de rendimento físico e conseqüentemente o seu valor de venda ao espetáculo.

Observamos que o atleta se assemelha à figura do trabalhador que vende sua força de trabalho para o empresário do esporte, o qual tem por interesse o lucro oriundo do espetáculo esportivo promovido pelos atletas. Mas quando pensamos em *atletas escolares*, que é o tipo de atleta que vem sendo incentivado e formado pelo PAE, logo pensamos na especialização precoce, ou ainda na exploração do trabalho infantil, já que muitas crianças assinam contratos, ainda muito jovens, em nome do sonho de ser um famoso jogador de futebol ou um atleta de destaque. Há aquelas crianças ainda que, contraditoriamente, trabalham em países asiáticos na confecção de materiais esportivos para marcas como a Nike (COLOMBO, 2014).

O esporte espetáculo se tornou um eixo fundamental da formulação de políticas públicas de esporte nos governos recentes. Com base em argumentos que discriminam a juventude pobre do Brasil e que levam a pensar que o jovem se tornou um perigo em potencial, por causa do seu contato com drogas e da falta de opções de lazer, em especial nas periferias das grandes cidades, os governos incentivam ações e medidas, tanto públicas como privadas, no intuito de ocupar o tempo dessa juventude, e essas ações se intensificam com a proximidade dos megaeventos (NOGUEIRA, 2011).

A problemática do esporte como política pública gira em torno do papel social do esporte: se por um lado temos o esporte de lazer deixando de ser, paulatinamente, um direito social para se tornar uma mercadoria, por outro, vemos o esporte escolar voltando a se configurar como alimento da pirâmide esportiva brasileira, o que também contribui para reforçar o papel do esporte na expansão capitalista, tal como já evidenciamos.

Dito isto, parece claro que o Programa Atleta na Escola está na contramão das discussões mais avançadas da área da Educação Física. Sabe-se que, desde

os anos de 1980, os debates do interior da Educação Física têm dado conta da importância da Educação Física escolar como disciplina responsável, não pela promoção da saúde biológica do corpo, menos ainda pelo aprimoramento de aptidões físicas, e tampouco pela descoberta e desenvolvimento de talentos esportivos para o esporte de alto rendimento, mas sim pela construção e transmissão, ampla, crítica e criativa, de conhecimentos sobre o corpo e as práticas corporais, entre elas a prática esportiva.

Isto porque, hoje, a Educação Física vem sendo concebida como uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica, as lutas etc., formas que configuram um campo de conhecimentos que chamamos de cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

É como conteúdo da Educação Física, e não como “atividade físico-esportiva” voltada à preparação e seleção de atletas, portanto, descolada da finalidade pedagógica deste componente curricular no interior da escola, que o esporte poderia vir a contribuir com a formação e desenvolvimento das potencialidades humanas das crianças e jovens escolares (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Entretanto, temos observado que, em tempos de megaeventos esportivos é comum a dispensa de escolares para que possam acompanhar os jogos em suas residências, em uma clara demonstração da importância desse fenômeno para a constituição de uma identidade nacional forjada, sobretudo, por meio do consumo acrítico do esporte.

Se o esporte estivesse realmente sendo pensado como elemento de formação humana, os megaeventos poderiam ser convertidos, ao contrário, em temas propícios para a prática pedagógica da Educação Física na escola, uma vez que esta poderia problematizar os megaeventos como parte do seu conteúdo de ensino (conhecendo sobre os esquemas táticos dos esportes, marketing esportivo, novas modalidades esportivas, financiamento do esporte etc.), e também de outras disciplinas curriculares como a geografia, a história, a sociologia, que podem abordar o assunto de acordo com a sua especificidade.

Portanto, se a finalidade da Educação Física escolar ou de qualquer programa que venha a desenvolver atividades ligadas ao esporte na escola deve

estar atrelada ao propósito da instituição educacional, de seu sentido e de sua função ética, política e cultural, uma política de esporte escolar realmente preocupada com a aprendizagem, a promoção e o desenvolvimento da cidadania não pode ser submetida à lógica do esporte de alto rendimento, sob pena de ver restrito todo o seu universo de conhecimentos teórico-práticos e todo seu potencial educativo e socializador à reprodução dos valores e práticas do mercado de espetáculos esportivos e da redução do próprio esporte à condição de mercadoria.

Entretanto, o que percebemos é que o Programa Atleta na Escola, como política pública de esporte escolar, acaba por transformar o esporte de rendimento no *único conteúdo* da educação física na escola, o que implica a negação de uma formação ampla e crítica e de uma real democratização do esporte (BREILH, MATIELLO JUNIOR e CAPELA, 2010). Além disso, ao promover o esporte escolar tendo como modelo o esporte de rendimento e o esporte espetáculo, o PAE contribui para segregar crianças e jovens e negar a eles o direito ao esporte como participação social, além de, sem dúvida, empobrecer enormemente o potencial educativo, socializador e a formação cultural que este fenômeno poderia comportar, desde que tratado criticamente como conhecimento da Educação Física.

## 5 CONCLUSÕES

Iniciamos esta pesquisa com intuito de responder a seguinte pergunta: Quais as finalidades do PAE e suas influências nas aulas de Educação Física, considerando a realidade da escola pública no Brasil?

Entendemos que o PAE é um programa que surge em um período de preparação para os megaeventos esportivos, mas ele não responde apenas a esta influência, já que sua lógica, características e finalidades estão claramente delineadas nas metas do Plano Nacional de Esporte e Lazer, as quais vêm sendo desenvolvidas pela Política Nacional de Esportes. Além disso, observamos outros programas que estimulam a prática esportiva escolar e que se configuram como precursores do PAE, a exemplo do “Esporte na Escola” e o “Programa Segundo Tempo” no que diz respeito à concepção de esporte escolar.

O Programa Atleta na Escola, como herdeiro de um conjunto de políticas esportivas anteriormente pensadas para a escola e também sendo um veículo dos atuais interesses em jogo, nos mostra como estamos distantes de uma política verdadeiramente democrática e popular, e como as necessidades do mercado prevalecem sobre as necessidades dos trabalhadores e sobre os processos que se pretendem mais participativos.

Mas para compreendermos essas relações foi preciso fazer algumas incursões históricas nas políticas públicas de esporte no Brasil a fim de observar o processo de sua formulação. Percebemos que as políticas públicas de esporte estão diretamente ligadas ao contexto histórico do país, sendo que a funcionalidade esportiva foi algo comum na vida política brasileira. Elas expressam as disputas e conflitos de interesses, e são marcadas pela formulação autoritária, embora tenham assumido, na atualidade, conotações mais democratizantes.

O planejamento nas políticas públicas por muito tempo pareceu não existir e as formulações foram ocorrendo de acordo com as necessidades momentâneas. Mas acima da falta de planejamento está a influência do capital. O capitalismo neoliberal, em seu formato atual, tem o mercado como definidor das relações sociais, de modo que as políticas públicas também estão a serviço dele.

Quando os princípios norteadores das políticas de esporte no Brasil



pareciam querer reconhecer o esporte como um direito social, houve uma mudança de direção que se expressou na dissidência de prioridades entre a I e a III Conferência Nacional de Esporte, demonstrando que o capital é o principal definidor das políticas públicas de esporte no Brasil atualmente.

Nossa hipótese inicial de que o PAE era um programa ligado à III CNE se confirma, na medida em que “explorar o potencial econômico do esporte”, com foco nos megaeventos esportivos, implica o estímulo à ampliação da base de consumidores do espetáculo esportivo, paralelamente à formação novos talentos do esporte: os *atletas escolares*.

Em relação aos ordenamentos legais que fundamentam o PAE, observamos enorme fragilidade na medida em que se apoiam na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, leis que enfocam, contraditoriamente, o esporte como direito social e a necessidade de educação pública de qualidade, o que pressupõe a contribuição do componente pedagógico Educação Física como área de conhecimento e não como mera atividade físico-esportiva na escola.

Além disso, o PAE tem uma maior afinidade com as políticas do ME do que com as políticas do MEC, na medida em que está mais fortemente ligado ao esporte de alto rendimento do que com o esporte educacional (mesmo em sua versão mais assistencialista), o que torna sua ligação com a escola injustificável, se não desvelássemos aqui as reais intenções e finalidade do programa.

Sobre os motivos para adesão na escola Jurema Cavallazzi ao programa, não há dúvidas de que a principal motivação foi a possibilidade de receber os recursos oriundos do programa, já que, em vista do sucateamento das escolas públicas brasileiras, a verba do PAE é uma contrapartida muito sedutora. Entretanto, ao final da experiência, o PAE agregou à escola tão somente o valor de R\$ 1.600,00, que foram convertidos em uma caixa de areia para o salto em distância, a qual demorou a ser construída e por isso não foi usada durante o trabalho da modalidade atletismo desenvolvido pela PEF.

Outra motivação para a adesão por parte da escola a programas esportivos como o PAE está ligada à tradição esportivista da EF, segundo a qual o esporte é o principal conteúdo a ser desenvolvido pela Educação Física na escola com vistas ao aprimoramento de habilidades e aptidões físicas a serem incorporadas pelos alunos. Com a chegada do PAE, essa tradição se reforça, promovendo uma

*renovação do velho.*

O problema é que essa contrapartida sedutora oferecida pelos recursos (ainda que parcos!) compromete a escola e os professores de Educação Física com um programa que reduz sua atuação pedagógica a mera coordenação de atividades físicas com vistas às etapas competitivas a que estão obrigados a participar.

Como dissemos antes, a adesão ao Programa tem seu preço: o desenvolvimento de provas esportivas para seleção de índices no tempo e espaço das aulas de Educação Física, além de engessar o trabalho do professor. O esporte desenvolvido na escola sofre influência do esporte de alto rendimento, ainda que este não aconteça no espaço escolar como tal, pois isso exigiria estrutura, recursos, instalações, profissionais, enfim, condições materiais e humanas que a escola não possui.

De qualquer forma, o PAE acaba por orientar o currículo da EF escolar convertendo e restringindo o conteúdo da Educação Física (como possibilidade de acesso à cultura corporal historicamente produzida) ao treinamento das modalidades esportivas, e o próprio esporte, ao invés de ser tratado como um fenômeno sociocultural amplo, carregado de sentidos e significados, permeado de conceitos e pleno de referência a serem apreendidas criticamente pelos alunos na escola, se torna um mero instrumento de promoção do esporte de rendimento, esvaziado de possibilidades formativas, à medida que encerra no espetáculo esportivo e na ampliação do mercado de consumo a sua justificativa e o seu fim.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B.S e Wanderley JUNIOR M. Brasil e os Megaeventos esportivos: os subsídios da política externa. **Revista Motrivivência**, v.26, n.42, p.13-26, junho de 2014.

ALVES JUNIOR, Dori. **Relação Mídia-Esporte**: Um estudo das mensagens esportivas na Televisão e seus Efeitos na Prática da Educação Física escolar, na percepção do professor; 86f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós Graduação em Educação Física Brasília, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRACHT, Valter. Esporte na escola e esporte de rendimento. Temas polêmicos **Revista Movimento** - Ano VI - nº 12, 2000/1.

BRACHT, Valter e ALMEIDA, Felipe Q. Esporte escolar e as tensões que os megaeventos trazem para Educação Física Escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. **I Conferência Nacional do Esporte**: documento final: Ministério do Esporte, 2004a.

\_\_\_\_\_. **II Conferência Nacional do Esporte**: documento final: Ministério do Esporte, 2007b.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: Texto básico Brasília: Ministério da Esporte, 2009c.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: Cartilha de Orientações Brasília: Ministério da Esporte, 2009d.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.Caderno 2.. Brasília: Ministério do Esporte, 2009e.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.Caderno 1.. Brasília: Ministério do Esporte, 2009f.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.Caderno 3.. Brasília: Ministério da Esporte, 2009g.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: documento Por um time chamado Brasil : Ministério do Esporte, 2010h.

\_\_\_\_\_. **III Conferência Nacional do Esporte**: documento final: Ministério do Esporte, 2010i.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto 69-450** de 11 de novembro de, de 1971.

BREILH, Jaime; MATIELLO JUNIOR, Edgard; CAPELA, Paulo;. A Globalização e a indústria do Esporte: saúde ou negócio? In: MATIELLO JUNIOR, Edgard; CAPELA, Paulo; BREILH, Jaime (Orgs.). **Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esporte e Saúde**. Florianópolis: Copiart. 2010, p. 19-39.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais de Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)**; 188f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

COLOMBO, Bruno D. **O Esporte como Estratégia de Expansão do Capital: As Críticas, Contradições e Implicações no Ensino da Educação Física**; 118f. Dissertação ( Mestrado em Educação Física). Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez Autores, 1992.

DANTAS, Jéferson Silveira. **Um olhar sobre a comunidade morro da Queimada**. Blog do Jeferson [S.l.] 30 Nov, 2006. Disponível em: <[http://clioinsone.blogspot.com.br/2006\\_11\\_13\\_archive.html](http://clioinsone.blogspot.com.br/2006_11_13_archive.html) >. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

FERREIRA, Flavio C.; CASTELLANI FILHO, Lino. Escola e a formação para a Cidadania: qual o papel da Educação Física? **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 04, p. 135-154, out/dez de 2012.

FLAUSINO, Michele da Silva. **As políticas públicas de esportes e lazer em jogo**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Brasília, 2013, 156f.

IASI, Mauro Luís. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil. (2013)** Disponível em:<[http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate)) Acesso em 24 de fev.2015.

LIÃO JUNIOR, Roberto. **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo Do Distrito Federal, 1995-1998**: tensões e desafios de um Projeto contra-hegemônico; 148f. São Paulo, 2003.

LARA, Ricardo e RIBEIRO, Rodrigo F. Ofensiva do capital e política social no Brasil contemporâneo. **Revista da RET** - Rede de Estudos do Trabalho. Ano V – Número 11, 2012. Disponível em [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org). >. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. Edições Loyola. 26. ed. São Paulo, 1985

LOVISOLO, Hugo. **Educação Física**: a arte da mediação. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1995.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. 2ª edição Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos Esportivos e Educação Física: Alerta de Tsunami. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan./mar de 2012.

MATIAS, Wagner B., MASCARENHAS, Fernando. As transformações da atuação do Estado e as políticas sociais contemporâneas. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 120-134, jan./jun. 2013.

MELO, Marcelo de P. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na vila Olímpica da Maré. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

NOGUEIRA, Quefren W. C. Esporte, Desigualdade, Juventude e Participação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.33, n.1, p. 103-117, jan./mar 2011.

ROMERA, Liana A. Copa do Mundo e Cerveja: impactos intangíveis de um Megaevento. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.775-798, abr./jun. de 2014.

SADER, Emir, et al. **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Edmilson Santos dos. **Análise do Programa Segundo Tempo de 2005 a 2009**: o papel dos partidos, da capacidade fiscal e do ambiente institucional em sua difusão; 205f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência do Movimento Humano). Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TAVARES, Otavio. Megaeventos Esportivos. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.17, n.3, p.11-35, jul/set de 2011.

VAZ, Alexandre Fernandez e BASSANI, Jaison J. Esporte, Sociedade, Educação: megaeventos esportivos e Educação Física escolar. **Impulso**, Piracicaba, v. 23(56), 87-98, jan.-abr. 2013.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o esporte joga a favor do privado**:

as políticas públicas de esporte após a constituição de 1988. 370f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

## APÊNDICE

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE DESPORTOS DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Entrevista com professora de Educação Física da escola Jurema Cavallazzi, no intuito de analisar o Programa Atleta na Escola para obtenção de graduado em Educação Física. O Título da Pesquisa é: **O Programa *Atleta na Escola* no contexto das Políticas Públicas de Esporte no Brasil: a renovação do velho?**

1. Conte um pouco sobre sua origem, formação, tempo de profissão e sua relação com E.E.B Jurema Cavallazzi?
2. O que seria Educação Física Escolar , e qual proposta você aborda durante suas aulas?
3. Durante esse tempo que você está na escola, você recorda de alguma política especificadamente voltada ao esporte ou a Educação Física Escolar? Se sim, conte como funcionou, quais eram seus objetivos e conteúdos?
4. Fale sobre o Programa Atleta na Escola:
  - Quando ele iniciou na escola? Quais as informações que chegaram à escola sobre o PAE?
  - Porque vocês aderiram ao PAE? Qual a importância do Programa na escola?
  - Como vocês procuram desenvolver o programa na escola, quais as turmas, tempos e espaços destinados à prática esportiva quais os conteúdos escolhidos e qual o objetivo principal dessa prática?
  - Você participou de alguma etapa do PAE? Como foi a participação dos alunos envolvidos no programa.
5. Como você vê esta iniciativa federal, ela atende às finalidades pedagógicas da educação física escolar? Aponte vantagens e desvantagens!
6. Qual a diferença do esporte de rendimento e esporte educacional?
7. Quais as contribuições ou problemas que PAE traz para a Educação Física escolar?

8. Você acha que a realização dos megaeventos esportivos no Brasil tem alguma relação com PAE? Em que medida os megaeventos esportivos influenciam as aulas de Educação Física?
9. Você tem alguma sugestão ao programa Atleta na Escola?